

 **FAMINAS**

PPA 2024

PROJETOS E PRÁTICAS APLICADAS

EIXO TEMÁTICO:

**EMPREENDEDORISMO,
ECONOMIA E DIREITO**

DIREITO FAMINAS



PPA-PROJETOS E PRÁTICAS APLICADAS 2024/1
EIXO TEMÁTICO:
EMPREENDEDORISMO, ECONOMIA E DIREITO
DIREITO FAMINAS

BELO HORIZONTE
2024

COORDENADORA DO CURSO DE DIREITO

Profa. Ma. Cíntia Moreira Gonçalves

ORIENTADOR/ORGANIZADOR

Prof. Me. Flávio Lúcio dos Santos

EDITORAÇÃO

Esp. Cristina de Souza Maia- Bibliotecária Chefe

LAEL VARELLA EDUCAÇÃO E CULTURA LTDA. – LVECL

Faculdade de Minas - FAMINAS – Belo Horizonte

Av. Cristiano Machado, 12001 - Vila Cloris, Belo Horizonte

31744-007 – Belo Horizonte - MG

Tel.: (31) 2126-3100

Home page: <https://faminasbh.edu.br/principal>

Catálogo na fonte

E-book produzido pelas turmas de Direito Manhã e Noite da Faculdade de Minas- FAMINAS BH.

A reprodução e a divulgação total ou parcial deste trabalho são autorizadas, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte

P962	Projetos e Práticas Aplicadas-PPA Projetos e práticas aplicadas: Eixo temático: empreendedorismo, economia e direito. / Santos, Flávio Lucio dos Santos (org.); Cíntia Moreira Gonçalves (coord.). Belo Horizonte: FAMINAS, 2024. 99 p. ISBN: 978-65-88341-05-6 1. Direito. 2. Empreendedorismo. 3. Economia. 4. Projeto curso de Direito. I. Santos, Flávio Lúcio dos. II. Gonçalves, Cíntia Moreira. III. Título. CDD: 378
------	---

Para citar este documento:

SANTOS, Flávio Lucio dos Santos (Org.); GONÇALVES, Cíntia Moreira (Coord.). **Projetos e práticas aplicadas**: eixo temático: empreendedorismo, economia e direito. Belo Horizonte: FAMINAS, 2024. 99 p. Disponível em: <<https://bibliotecadigital.faminas.edu.br/jspui/>>. Acesso em: <insérer a data de acesso>.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO METODOLÓGICA DA DISCIPLINA.....	7
EMPREENDEDORISMO JURÍDICO - dificuldades para iniciar e/ou se manter no ramo- Arthur Figueiredo Fernandes; Breno Luiz Passos dos Santos; Breno Samuel de Rezende Carvalho; Rafael Tadeu Alves; Raquel Gonçalves Bittencourt; Renan Cesar Eloy Gomes; Felipe Augusto Tomas; Fabrício Silva Araújo; Washington Felipe Ferreira da Silva	12
EQUIDADE DE GÊNERO: a trajetória profissional de mulheres em cargo de gestão- Thaíza Alice Pereira da Silva; Caroline Silva Brito; Tatiany Freitas Ribeiro; Laura Aline Freitas Rodrigues; Helen Jancer Ferreira	20
PROJETO DE VIDA & CARREIRA - empreendedorismo nas escolas - Giovanna Almeida De Queiroz; Leticia Kettle Serrão Barbosa; Beatriz Caroline da paixão Braz; Maria Eduarda Holz Kister Oliveira; Guilherme Alves Oliveira da Silva	28
ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE- Daniela Silva Lessa; Julia Lima dos Santos; Kariny Martins Gomes dos Santos; Rebecca Sarah De oliveira; Alice Cardoso Gomes; Gabriel Weitzel Oliveira; Gabriela Maria Melo	35
CARTILHA ANTI-DROGAS: protegendo seu futuro- Candido Viana Neto; Luciana Rooke Negroo de Lima Serafine; Millena de Barros Ferreira; Franciele de Souza Matos; Lorrane Romanelle Sena; Diullya Kathleen Meloni.....	40
OS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - ECA - Wandrey Paulo Leal da Cruz; Julia Maria Rosa Silva; Vitor de Oliveira Silva; Rebeca kaller de Oliveira; Rayra Carolina Alves de Limas	47
A MATERIALIDADE DO PRINCÍPIO DA DIGNIDADE HUMANA APLICADA ÀS ESCOLAS SUBURBANAS- Alisson Lucas Pereira Rocha;	

Andressa Soares Ferreira; Heitor Venâncio Dutra de Jesus; João Augusto D'Assunção; Keven Henrique Rodrigues Rocha; Matheus Augusto de Sousa Rodrigues de Carvalho; Micaías Estevão Toledo Corrêa; Walter Junio de Souza Real **53**

TRILHANDO O CAMINHO DA EDUCAÇÃO FINANCEIRA: rumo ao sucesso financeiro- Luísa Castro Prates Goulart Pinto Corrêa; Gabriella Vitória da Silva Santos; Lívia Teodoro Vince; Letícia Hellen Gomes; Marcelle Eduarda de Andrade Costa; Maria Eduarda Campos Gonzaga; Anderson Arthur Macedo Batista **64**

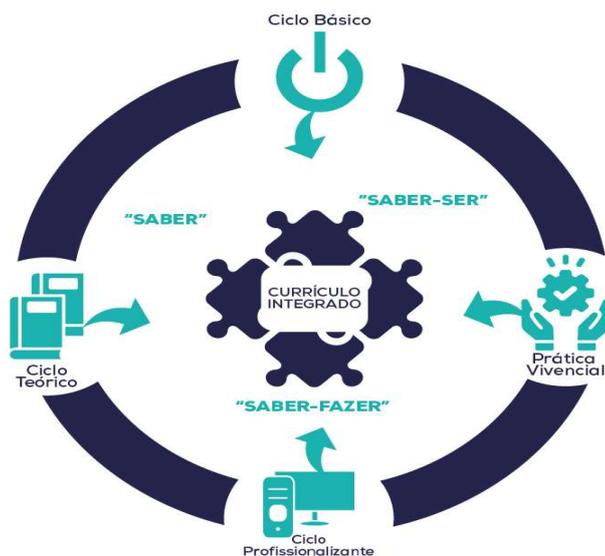
PROJETO DESIGUALDADE SOCIAL E A EDUCAÇÃO FINANCEIRA NAS ESCOLAS - Ianna Vitoria Santos Silva; Amanda Vieira Souza; Ana Luiza Souza Dias; Inara Casio dos Santos **75**

EQUIDADE EM DEBATE: a integração do direito das mulheres com a legislação e a sociedade- Ana Luiza de Campos Barbosa, Júlia de Deus Radicchi, Maria Eduarda Moraes Costa, Pedro Augusto Pena de Melo, Pedro Henrique Martins Santos, Sidineia Alves dos Reis, Yasmin Gabrielle Soutelo Ferreira **80**

PROJETO DE RESSOCIALIZAÇÃO DO PRESO: restaurando vidas além das grades - Guilherme Antônio Fernandes Chaves; Anne Vitoria Santos de Oliveira; Carlos Nickolas de Souza FONSECA Possidonio; Nathalia Carvalho Barcellos do Vale; Ana Luiza Lima da Silva; Maria Gabriela Lopes Corrêa; Taynara Botelho Zacarias..... **87**

APRESENTAÇÃO METODOLÓGICA DA DISCIPLINA

O PPA – Projeto de Práticas Aplicadas visa promover a construção de um currículo integrado que possa aproximar o saber, o “saber-ser” e o “saber-fazer” que perfazem o ciclo básico e ciclo profissionalizante dos cursos, conectando o conhecimento teórico com as competências e habilidades vivenciadas na prática.



Fonte: do autor, 2024

1.1 - CONHECIMENTOS

- Estudo sobre o empreendedorismo empresarial, profissional, individual.
- Levantamento sobre características das empresas/pessoas que promovem serviços ou ações empreendedoras;
- Compreensão sobre a dinâmica empreendedora, focalizando os processos, procedimentos e inovações nas áreas estudadas;
- Estudo das demandas empreendedoras na prática, identificando áreas de oportunidade para melhorias.
- Análise dos desafios enfrentados pelos empreendedores na adoção e implementação de práticas inovadoras, bem como suas estratégias para superar esses desafios.

- Apreciação crítica considerando as características inovadoras e empreendedoras na empresa/local pesquisada.

1.2 - HABILIDADES

- Análise de Dados e Tomada de Decisão
- Analisar e resolver problemas complexos enfrentados pela empresa, utilizando uma abordagem sistemática e crítica.
- Aplicar conceitos teóricos aprendidos em sala de aula à prática empresarial, entendendo como teoria e prática se interconectam no contexto empresarial.
- Analisar e compreender o ambiente externo em que a empresa opera, incluindo fatores econômicos, políticos, sociais e tecnológicos que afetam suas operações.
- Analisar o problema de forma sistemática e crítica, considerando múltiplas perspectivas e variáveis envolvidas.
- Registrar as informações relevantes relacionadas ao problema identificado, incluindo dados, análises e possíveis soluções, de forma lógica e estruturada.

1.3 - ATITUDES

- Discutir as métricas-chave e entender como elas impactam as operações e o sucesso da empresa.
- Discutir em equipe como esses dados influenciam as estratégias da empresa.
- Julgar a relevância dessas características para as decisões estratégicas da empresa simulada.
- Participar de discussões em equipe para identificar e analisar problemas.
- Criticar as possíveis causas dos problemas, considerando múltiplas perspectivas.
- Verificar em equipe os aspectos mais críticos do problema.

- Escolher os pontos-chave que devem ser abordados prioritariamente para uma solução eficaz.

O projeto conta com o apoio do professor orientador que possibilita no primeiro momento, conceitos referentes a importância da aplicabilidade do projeto aplicado como fonte de pesquisa, extensão e de conhecimentos múltiplos da intervenção prática dos discentes nos locais escolhidos. O projeto visa um olhar para além da sala de aula e traz para esse aluno, a possibilidade do desenvolvimento de conhecimentos, habilidades e atitudes.

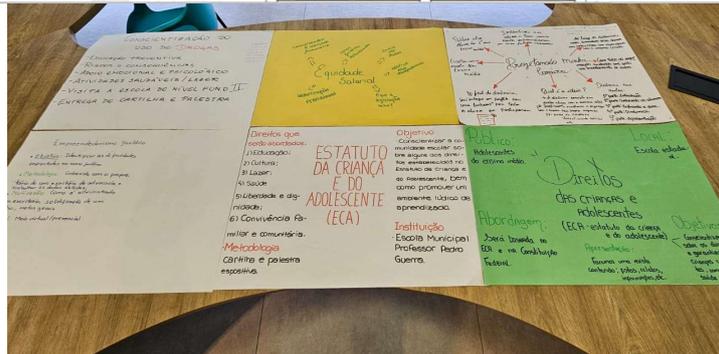
É realizado uma dinâmica de integração entre a comunidade discentes onde eles conseguem perceber que, em sala existe uma comunidade com suas percepções, cultura, anseios, comportamentos, valores e crenças.

No segundo momento, o professor orientador promove uma aula onde os discentes se deslocam para a sala de metodologias ativas da Faminas- BH e realizam uma prototipagem em grupo pensando na temática, nos objetivos e estratégias a serem utilizadas na concepção do trabalho, possíveis locais de intervenção e entregas finais dos projetos.

2 – CONSTRUÇÃO DO PROJETO

Em sala, os alunos são estimulados por meio da metodologia de prototipagem a construir ideias sobre a pesquisa e intervenção que será realizado na comunidade. A aula propõe um espaço onde os grupos descrevem o local de atuação com a temática proposta, como será desenvolvido o projeto, o porquê e as construções de intervenção nos locais definidos.

Os grupos realizam as pesquisas bibliográficas e começam a escrever o projeto: introdução, desenvolvimento, método e conclusão. Todo esse processo é acompanhado pelo professor orientador. É feito rodízio dos grupos para orientação individual e acompanhamento de todos processo de desenvolvimento.





Fonte: do autor, 2024

EMPREENDEDORISMO JURÍDICO - dificuldades para iniciar e/ou se manter no ramo- Arthur Figueiredo Fernandes; Breno Luiz Passos dos Santos; Breno Samuel de Rezende Carvalho; Rafael Tadeu Alves; Raquel Gonçalves Bittencourt; Renan Cesar Eloy Gomes; Felipe Augusto Tomas; Fabrício Silva Araújo; Washington Felipe Ferreira da Silva

1 – INTRODUÇÃO

O empreendedorismo jurídico é um campo que oferece inúmeras oportunidades, mas também apresenta desafios significativos para aqueles que desejam ingressar e se manter nesse ramo. Nosso objetivo geral é auxiliar as pessoas que desejam iniciar suas trajetórias no empreendedorismo jurídico, fornecendo orientação e estratégias práticas para enfrentar as dificuldades comuns desse setor. Para isso, delineamos três objetivos específicos que norteiam nossa abordagem:

- Entender as dificuldades para o desenvolvimento da marca;
- Dificuldades na captação de clientes;
- Compreender as dificuldades financeiras desse ramo.

2– DESENVOLVIMENTO

Segundo o autor Mario Leandro Campos Esequiel, muitos advogados ainda não sabem como gerir seu próprio negócio. A falta de disciplinas a respeito da administração ou gestão nos cursos de Direito faz com que os advogados não saibam como administrar corretamente seu próprio escritório. Todo escritório deve ter um planejamento estratégico, uma estrutura de RH, uma administração financeira, setor responsável pela Tecnologia de informação e um plano para desenvolver a aparência ou divulgação da empresa.

“Os escritórios de advocacia, como qualquer outra organização, precisam de uma estrutura administrativa bem organizada e dimensionada ao seu tamanho e realidade, mas, em geral, os advogados não estão preparados para os estruturarem de maneira correta. É observado um crescimento da quantidade de advogados no Brasil, o que conseqüentemente tem provocado também um crescimento do número de sociedades de advogados. Como eles, muitas vezes, não estão preparados para o bom desempenho da tarefa de administrar, existe por conseqüência uma oportunidade crescente e

ainda pouca explorada, para profissionais das áreas administrativas. (Mario Leandro Campos Esequiel, Gestão Eficiente de Escritórios de Advocacia, p.114)

Além disso, o que é expresso no artigo “Gestão e organização de escritório de advocacia” realizado pela OABGO, a todo o momento a advocacia precisa de organização e estruturação para possibilitar seu melhor desempenho.

“O profissional que exerce a advocacia é preciso ter organização, responsabilidade e agilidade. Para crescer no mercado de trabalho é necessário ter uma boa comunicação com as pessoas, buscar altos conhecimentos que é de extrema importância. Uma boa organização financeira, por exemplo, é a base para ter uma excelente gestão na advocacia para que possa ser reconhecida e bem-sucedida”. (Karoline Santos Sousa, Gestão e organização de escritório de advocacia. p.20)

Para evitar esses riscos e até compreender melhor é necessário que os advogados utilizem dos estudos da administração, para que assim a empresa consiga se desenvolver sem maiores problemas.

A princípio a pesquisa a seguir busca entender de maneira geral as dificuldades enfrentadas no ramo do empreendedorismo jurídico, mas entre essas três principais: Como ter um melhor desenvolvimento da Marca Pessoal; Importância da captação dos Clientes; Gestão Financeira de um escritório de advocacia.

No desenvolvimento da pesquisa feita, mostrou-se necessário a presença do marketing para a captação de clientes e para o desenvolvimento da marca. É importante destacar que por limitações estabelecidas pela OAB advogados não podem e não devem usar a propaganda de maneira comercial, no entanto a propaganda não é o único elemento do marketing. De forma geral o marketing é usado para a captação de clientes apresentando os serviços de qualidade fornecidos que possam atender as necessidades dos clientes, sempre respeitando é claro as limitações estabelecidas de acordo com sua área de atuação.

“Visto durante muito tempo como tabu, o marketing para escritórios de advocacia tem crescido e deve ser explorado de forma produtiva com o intuito de fidelizar a marca no mercado. Entretanto, é preciso parcimônia ao utilizar esse importante mecanismo de comunicação para não ultrapassar as limitações legais.

Para muitos, marketing significa apenas propaganda. Como advogados não devem e não podem usar, de maneira comercial, a

propaganda, acabam criando uma aversão à sua utilização. No entanto, ela é apenas uma das várias ramificações do marketing.” (Mario Leandro Campos Esequiel, Gestão Eficiente de Escritórios de Advocacia, p.65)

A comunicação é um importante elemento a ser observado ao realizar o marketing do local. O Código de Ética veda imagens ou nomes fantasiosos para a marca ou o nome dos escritórios valorizando sempre os ideais da sobriedade da advocacia. Portanto os escritórios por muitas vezes acabam utilizando o nome de algum sócio fundador.

Além do marketing, é necessário que para uma melhor captação de clientes, o escritório demonstre capacidade para ofertar um serviço de qualidade para atender as demandas do cliente, é o chamado princípio da oferta e demanda. Atendendo as necessidades do consumidor do serviço de maneira integral é possível conseguir a fidelidade do mesmo criando assim um elo entre escritório e Cliente. Além disso, outro ponto a ser destacado é a transparência com relação às demandas do pretendente do serviço. Uma relação transparente fortalece e garante a confiança do cliente no trabalho realizado pela empresa.

Nessa perspectiva, além do marketing a relação com o cliente também é necessária para o sucesso e desenvolvimento da empresa. Além da visualização mais pessoas podem conhecer a empresa através de indicações feitas por clientes fiéis à empresa. Visto isso, os clientes são fundamentais para a existência do negócio jurídico.

“Apesar de particularidades próprias, o negócio jurídico, assim como as demais atividades econômicas, está inserido em um mercado baseado na lei da oferta e da procura. A essência para a origem de qualquer negócio é a existência do cliente, pois sem ele não há negócio.

É primordial que você jamais se esqueça da importância do cliente na cadeia da prestação do serviço jurídico, uma vez que os escritórios atendem às necessidades dele. Para que se tenha oferta de serviços jurídicos, é necessário que haja uma demanda – de um lado, alguém precisando ser atendido e, no outro, alguém oferecendo um serviço capaz de atender a esse anseio.” (Mario Leandro Campos Esequiel, Gestão Eficiente de Escritórios de Advocacia, p.20)

Os dados apresentados mostram que para o desenvolvimento eficaz de um escritório é necessário uma boa administração e organização por parte dos advogados. No entanto, essa não é uma parte simples. Para os advogados que

não possuem conhecimento no âmbito da administração será necessária a contratação de profissionais na área para tornar planejamento um aliado da força do escritório. Uma parte importante do planejamento é o orçamento que seria o plano de negócio que visa cobrir prejuízos, estimar despesas e receitas do escritório.

Existem muitos gastos em uma atividade como essa, como o sistema utilizado, as máquinas de computadores que serão necessárias para atender as demandas, os funcionários das áreas presentes no escritório, como contadores, funcionários do RH entre outros. Ou seja, é uma atividade que demanda um alto custo, custo este que deve ser justo, suprimindo as necessidades do escritório, mas que não comprometa a atividade do mesmo.

Portanto, a falta de organização por parte desses profissionais pode levar de maneira indireta os momentos de crise para a atividade praticada. Em certos momentos é comum que o escritório possa vir a passar por momentos de crise, mas é justamente nesse momento que não se pode desesperar, mas sim se organizar da melhor forma possível com o intuito de sair dessa situação. Muitas vezes essas crises podem acontecer pela falta de demanda, concorrência acirrada, entre outros aspectos.

Para sair dessa situação deve-se analisar o mercado, os valores dos serviços prestados, a qualidade dos concorrentes para oferecer um diferencial com relação aos demais escritórios. Porém em tempos de crise, manter os clientes que já são fiéis ao escritório é mais fácil do que conseguir novos consumidores. Portanto focar na satisfação e melhoria dos serviços prestados à esses clientes é o primeiro passo para se reestruturar.

“Mas o primeiro passo é, sem dúvida, aprofundar-se em quem já confia em você. Conheça as atividades dos clientes existentes, as regulamentações, os aspectos tributários, societários, trabalhistas e ambientais. Busque entender como operam, saber de fato quais eventuais riscos e oportunidades legais estão presentes em suas atividades de modo a poder contribuir com eles. Seguindo a máxima do mercado: é mais fácil manter os atuais que conquistar novos.”
(Mario Leandro Campos Esequiel, Gestão Eficiente de Escritórios de Advocacia, p.48)

Uma alternativa é quanto a flexibilidade quanto a forma de faturamento da empresa. É muito importante que a sociedade dos advogados seja flexível quanto as formas de faturar nas suas atividades, como por exemplo a facilidade

de resolução ou capacidade de resolução de demandas, que poderia ser feito de forma online, sem precisar do demandante sair de casa para procurar um advogado.

Em conclusão observa-se que uma gestão ou administração organizada, flexível e responsável é indispensável para a evolução da sociedade. É fundamental que a relação entre escritório e cliente seja de forma transparente e da melhor qualidade possível, uma vez que o cliente é uma parte indispensável para a atividade.

3 - METODOLOGIA

Para a realização da pesquisa foi utilizado o método de pesquisa descritiva, com a finalidade de analisar as ideias obtidas para o sucesso na área do empreendedorismo jurídico, especificamente na abertura de um escritório de advocacia. O estudo analisa duas obras acadêmicas de autores integralizados na área juntamente com uma entrevista realizada com um docente da instituição escolhido pelos integrantes como um exemplo de sucesso no ramo citado.

Foram utilizadas duas fontes secundárias, o artigo “Gestão e organização de escritório de advocacia” realizado pela OABGO e o livro “Gestão Eficiente de Escritórios de Advocacia” do autor Mario Leandro Campos Esequiel, ambos trabalhando assuntos pertinentes para a realização da pesquisa.

Portanto, foi necessária a pesquisa documental dos materiais apresentados e também a entrevista com o Docente Henrique Avelino Rodrigues de Paula Lana que explicou e sanou algumas questões apresentadas relacionadas com o objetivo geral e os objetivos específicos da pesquisa. Dessa forma a pesquisa possui caráter qualitativo com ênfase na análise documental e na entrevista realizada para o levantamento de dados feito durante a pesquisa.

4- ANÁLISE E CONCLUSÃO

1. **Temos a curiosidade de saber se em seu período de formação acadêmica o senhor recebeu orientações sobre como dirigir seu próprio escritório?**

Resposta: O professor Henrique Avelino, respondeu que em seu período de formação acadêmica gostaria de ter ouvido algumas coisas que atualmente

são muito importantes para sua carreira, como dirigir seu próprio escritório, ele acredita que se tivessem falado para ele, com certeza utilizaria como um atalho. Porém ele começou a ter noção de como é um escritório de advocacia no 3º período, quando começou a fazer estágio. Nesse local o entrevistado nos contou que viu o passo a passo de como gerir um escritório, pois ele começou a observar como funcionava a captação de clientes, como trata-los bem, lidar com todas as diferenças de clientes, como funciona o passo de lidar com custos mensais relacionados à conta de luz, de água, internet, condômino e entre outros, nos mostrando que gerir um escritório não só lidar com processos e sim com pequenas coisas que influenciam totalmente em sua progressão nesse ramo jurídico.

2. Com todo esse cuidado com a captação dos clientes, o senhor poderia nos dizer se enfrentou obstáculos, incluindo obstáculos financeiros?

Resposta: Henrique Avelino respondeu que, o maior obstáculo é captar o cliente e o mais complexo é manter o cliente captado. O ideal a se fazer para manter novos clientes, é tentar identificar e criar novos serviços para os que já fazem parte, pois muitas vezes tenta-se criar serviços para clientes que não sabemos se serão nossos e nos esquecemos de proporcionar para clientes já captados, novos serviços.

Segundo o docente, o maior desafio, o mais eficiente e o mais prático é pegar aqueles clientes que já são conhecidos e tentar identificar novos serviços além daqueles que já foram prestados. Afirma ainda que manter o cliente e lhe apresentar novos serviços é o melhor caminho para se ter uma nova clientela, ao invés de tentar captar outros novos.

Por fim, nos fala que devido o avanço tecnológico a questão financeira não é o maior problema, pois hoje se consegue até mesmo participar de audiências de forma online e se tem escritórios virtuais, o que ajuda a questão financeira não ser tão “importante”.

3. Para os advogados que estão criando um escritório, sempre há obstáculos financeiros. Você tem algum conselho?

Resposta: O Dr. Henrique defende que, atualmente, ao contrário de outras profissões, que necessitam de custo inicial alto, a advocacia demanda poucos gastos, não necessitando de um escritório, o que evita despesas como aluguel e estacionamento. Segundo o professor, o advogado pode exercer sua profissão online através de um Instagram, site ou LinkedIn e caso seja necessário um atendimento presencial é possível utilizar os coworks ou locais compartilhados, que são espaços alugados estruturados para reuniões. Além disso, o docente ressalta que a advocacia não tem limite de remuneração, sendo que o causídico pode atuar com o número de processos que conseguir, com os valores e complexidades que forem cabíveis.

Visto o que foi apresentado pelo Dr. Henrique Avelino, pode-se concluir que o acesso às informações e o ensino a respeito da gestão ou criação de um escritório de advocacia seria importante para aqueles interessados em seguir por esse ramo e ter um escritório e que a gestão vai muito além de processo judiciais, envolve também a relação entre advogado e cliente.

Segundo ele e as fontes utilizadas para a realização da pesquisa, a captação de clientes não é uma tarefa simples, mas mais importante que captar novos clientes é manter aqueles que já fazem parte do cotidiano da empresa. Para isso surgem ideias como a oferta de novos serviços para estes como forma de fortalecimento da relação entre profissionais e consumidores do serviço.

Por fim, o profissional não necessariamente precisa de um escritório para atuar na área, ele pode atuar por meio das redes sociais e demais sites que oferecem uma boa visualização dos serviços prestados pelo advogado e que o Direito não tem limite monetário depende das capacidades do profissional para exercê-lo.

Portanto, o que nos é mostrado é que o escritório não funciona apenas por meios jurídicos e administrativos, mas também pelas capacidades e habilidades do advogado de conseguir se organizar e criar sempre uma boa relação com seus clientes.

Além disso, o contato com esse tipo de experiência pode ser uma grande oportunidade para o desenvolvimento interpessoal do profissional, ampliando seus conhecimentos e sua mentalidade a respeito do empreendedorismo jurídico.

5 - BIBLIOGRAFIAS

ESEQUIEL, Mario Leandro C. **Gestão eficiente de escritórios de advocacia**. Saint Paul Publishing (Brazil), 2013. E-book. ISBN 9788580041248. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788580041248/>. Acesso em: 11 abr. 2024.

ANEXOS

Documentário completo da entrevista

<https://www.oabgo.org.br/arquivos/downloads/gestao-e-organizacao-de-escritorio-de-advocacia-2-1-19819193.pdf>



Fonte: dos autores, 2024

EQUIDADE DE GÊNERO: a trajetória profissional de mulheres em cargo de gestão- Thaíza Alice Pereira da Silva; Caroline Silva Brito; Tatiany Freitas Ribeiro; Laura Aline Freitas Rodrigues; Helen Jancer Ferreira

1. INTRODUÇÃO

A equidade de gênero é um importante meta a ser perseguida por todas as nações visando um desenvolvimento sustentável e um compromisso assumido por todos os signatários da agenda 2030. A recente publicação do IBGE (Estatísticas de Gênero: Indicadores sociais das mulheres no Brasil) em sua terceira edição, expõe os desafios persistentes no Brasil em relação às disparidades entre homens e mulheres em suas trajetórias profissionais.

1.1. PROBLEMA

De acordo com o IBGE a razão do rendimento médio das mulheres em 2022 em relação ao rendimento médio dos homens é 78,9%. Em 2000, esta razão era de 65,18% e em 2010 67,6%. Percebe-se um avanço mais expressivo na última década, porém ainda distante de um equilíbrio.

Em relação à igualdade de oportunidades, temos que 39,3% dos cargos gerenciais no Brasil em 2022, são ocupados por mulheres. Cabe destacar que existe uma grande assimetria deste indicador em relação aos diferentes grupos de atividade econômica, sendo que os setores de educação, saúde humana e serviços sociais, a proporção de mulheres em cargos de gestão é de aproximadamente 70%, ante 15,8% do setor de agricultura, pecuária, florestal, pesca e aquicultura. Ou seja, como exposto acima, têm-se uma definição social das posições a serem ocupadas por mulheres, sendo estas voltadas ao cuidado e ao ensino.

1.2. OBJETIVO GERAL

Este projeto propõe um estudo sobre o panorama e fatores que influenciam a equidade salarial e de oportunidades entre gêneros no Brasil, bem como o arcabouço legislativo referente a esse tema.

A partir da pesquisa realizada, o projeto visa a integração da FAMINAS com a comunidade empresarial ao avaliar, por meio de entrevista, a trajetória profissional e familiar de mulheres que ocupam cargos de gestão com notório êxito profissional.

1.3. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Barreiras invisíveis são interpostas às mulheres no caminho de ascensão a cargos de gestão. Ao estudar a trajetória de mulheres que alcançaram cargos de gestão em seu campo profissional, vislumbra se:

- a) Conhecer e disseminar fatores de sucesso de mulheres que ocupam cargos de gestão;
- b) Reconhecer o mérito da trajetória profissional dessas mulheres que ante a adversidades, cruzaram importante fronteira para ocupação de cargos de gestão;
- c) Promover maior conscientização em relação às disparidades de remuneração e oportunidades entre homens e mulheres no mercado de trabalho.

2-DESENVOLVIMENTO

Ao abordamos a temática da equidade, é oportuno que inicialmente se conceitue que o que é gênero.

Muitas vezes o termo gênero é erroneamente utilizado em referência ao sexo biológico. Por isso, é importante enfatizar que o gênero diz respeito aos aspectos sociais atribuídos ao sexo. Ou seja, **gênero está vinculado a construções sociais**, não a características naturais. O gênero, portanto, se refere a tudo aquilo que foi definido ao longo tempo e que **a nossa sociedade entende como o papel**, função ou comportamento esperado de alguém com base em seu sexo biológico. Fonte: [Gênero: você entende o que significa? | Politize!](#)

“NINGUÉM nasce mulher: torna-se mulher. Nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade; é o conjunto da civilização que elabora esse produto intermediário entre o macho e o castrado que qualificam de feminino. Somente a mediação de outrem pode constituir um indivíduo como um Outro.” Simone Beauvoir

Compreender as forças invisíveis que contribuem para a manutenção da desigualdade de gênero é tarefa de grande complexidade e não se configura objetivo deste projeto.

Ao nos depararmos com problemas sociais estruturais, tem-se um desafio adicional que se refere às forças invisíveis de manutenção do sistema de opressão.

Baseado na bibliografia estudada e análise das estatísticas de gênero, foram selecionados para o presente trabalho três fatores que contribuem para a desigualdade de gênero, sendo:

- a) Fator social;
- b) Ocupação das mulheres em afazeres domésticos e de cuidados;
- c) Maternidade.

O fator social corresponde a uma construção histórica do papel esperado das mulheres na sociedade, a delimitação imposta à mulher ao privado, ou seja, ao ambiente socialmente invisibilizado, competindo à figura da mulher as tarefas internas de cuidado e ensino.

Tal construção social tem reflexos na participação minoritária das mulheres em cargos de gestão, visto que não se visualiza, ainda, com naturalidade mulheres ocupando espaços de poder.

Um outro viés do fator social é a internalização, pelas próprias mulheres, de que determinados espaços não podem ser ocupados por elas. Como exemplo temos a baixa participação de mulheres (22%) em cursos das áreas de Ciência, Tecnologias e Engenharias, de acordo com o Censo da Educação Superior de 2022.

Como segundo fator temos os afazeres domésticos e de cuidados atribuídos como responsabilidades da mulher. Diferente do fator social, este é de mais fácil mensuração. No Brasil, em 2022, as mulheres dedicaram aos cuidados de pessoas e/ou afazeres domésticos quase o dobro de tempo que os homens (21,3 horas contra 11,7 horas). Esta disparidade pode se acentuar em relação a raça, região do país e classe social. Algumas das implicações desta sobrecarga são menor disponibilidade de tempo das mulheres para atividades de autodesenvolvimento, menor flexibilidade de horários no trabalho, maior esgotamento.

O terceiro e último fator a ser abordado neste projeto é a maternidade, que tem influência direta em interrupções na carreira da mulher, como também pela escolha de trabalhos que permitam uma jornada flexível mesmo que com menor remuneração.

O trabalho de pesquisa deste projeto contemplou ainda os avanços legislativos mais recentes em relação à desigualdade de gênero. A Lei 14.611/23 tem o objetivo de assegurar a igualdade salarial entre homens e mulheres que desempenharem a mesma função. A norma é oriunda do Projeto de Lei 1085/23. A norma modifica a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) para determinar, em caso de descumprimento da equiparação remuneratória, o pagamento de multa que corresponda a dez vezes o valor do novo salário devido pelo empregador ao empregado discriminado, e eleva ao dobro na hipótese de reincidência, sem prejuízo de outras medidas legais.

3-METODOLOGIA

A metodologia utilizada no presente trabalho consistiu na realização de entrevistas com o intuito de obter informações em relação às decisões de carreira e arranjos familiares que tiveram influência na ascensão das entrevistadas aos cargos de gestão.

Buscou-se para a realização das entrevistas mulheres de reconhecido sucesso em suas ocupações, se configurando como referências de carreira. Dada a interseccionalidade do tema e ao objetivo estabelecido de inspirar outros profissionais, buscou-se entrevistar perfis diversos no que tange aos segmentos de atuação, pessoas com deficiência, negras e LGBTQIA+, com intuito de ampliar a identificação entre os leitores e as trajetórias das entrevistadas.

A elaboração do roteiro de entrevistas partiu de um estudo preliminar da ocupação de cada entrevistada, através de coleta de informações disponível nos respectivos perfis sociais profissionais. Em seguida focou-se nos fatores acima descritos como contribuintes para a desigualdade de gênero, buscando formular perguntas que possibilitem identificar os principais fatores impulsionadores para o sucesso da carreira profissional das entrevistadas.

Foi solicitado às entrevistadas a realização de gravação de vídeo com a narrativa de suas respectivas trajetórias profissionais e os fatores que consideram determinantes para alcançar cargos de gestão.

A questão a ser respondida na entrevista foi enviada através de vídeo gravado individualmente a cada uma das cinco entrevistadas. Na oportunidade do vídeo, foi manifestado o reconhecimento do grupo deste trabalho em relação ao êxito alcançado por cada uma das mulheres em sua atuação profissional. Bem como enfatizada a importância dos espaços por ela ocupados para que outras mulheres se reconheçam em tais espaços de poder.

Todo o material de entrevista foi consolidado em um vídeo para apresentação final e posterior divulgação, como forma de disseminação dos fatores de sucesso identificados e como instrumento de inspiração.

4-CONCLUSÃO

Em análise do material de entrevista concedido pelas cinco gestoras selecionadas observa-se que a trajetória de sucesso ricamente relatada por estas mulheres possuem em comum a junção de necessidade, oportunidade e dedicação.

A necessidade ou dificuldade se mostrou como um primeiro impulso na trajetória destas mulheres. A dificuldade foi percebida nos relatos em relação a escassez de recursos financeiros, ausência de entes familiares, restrição dos pais ao relacionamento homoafetivo.

A oportunidade se traduz pelas portas abertas encontradas por estas mulheres que diante da necessidade, iniciaram uma trajetória profissional de sucesso. Nesse aspecto o principal ponto observado foi a importância relatada dos incentivos educacionais recebidos, sejam eles privados como bolsas em cursos particulares, programas de governo como financiamento estudantil e o acesso à universidade pública.

A dedicação dista sobre um aspecto comportamental fundamental apresentado pelas entrevistadas que alicerçadas em seu comprometimento, romperam com as barreiras impostas e construíram uma carreira de sucesso, ocupando importante espaço e se colocando como inspiração profissional para mulheres e homens.

As barreiras à condição de igualdade salarial e de oportunidades entre homens e mulheres são reais e ainda persistentes. O presente trabalho apresentou narrativas de que é possível que a mulher alcance espaços cada vez mais relevantes e que oportunizar este caminho é dever de toda a sociedade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BEAUVOIR, o patriarcado e os mitos nas relações de poder entre homens e mulheres. Agência Câmara de Notícias – Lei 14.611/23

ESTATÍSTICAS de gênero: indicadores sociais das mulheres no Brasil / IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais - Ano: 2024 – Download site IBGE

GÊNERO: você entende o que significa? | Politize!

PESQUISA FGV 2016 – Carreira de mulheres após a maternidade

Revista NUFEN vol. 6 Belém 2014.

Revista do NUFEN versão online ISSN 2175-2591

RODRIGUES, Fabiana Alves. “Barreiras à efetivação da igualdade salarial de gênero no Brasil”. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 31, n. 1, e82532, 2023.

ANEXOS

A) ENTREVISTADAS





Janayna Bhering

Janayna Bhering Cardoso · 1º

Inovação Aberta | ICT's | Relações Governamentais | Palestrante | ESG | Agenda 2030 | ODS | Mobilidade Sustentável | Transição Energética | Transformação Digital

Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil · [Informações de contato](#)

Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa - Fundep



Roberta Martins Fernandes · 1º

Gestão de Contratos / Supply Chain/ Administração

Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil · [Informações de contato](#)

Açorja Indústria de Forjados S/A

FDC Fundação Dom Cabral



Eliane Barbosa dos Santos · 1º

Controller | Gerente de Controladoria, Contábil e Fiscal

Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil · [Informações de contato](#)

Emccamp Residencial S.A

Marcela Fonseca
Fundadora e proprietária do Disk Goró

B) GRAVAÇÃO DE VÍDEO ENTREVISTA**C) GRAVAÇÃO NARRATIVA DA TRAJETÓRIA PROFISSIONAL**

PROJETO DE VIDA & CARREIRA - empreendedorismo nas escolas -

Giovanna Almeida De Queiroz; Leticia Kettle Serrão Barbosa; Beatriz Caroline da paixão Braz; Maria Eduarda Holz Kister Oliveira; Guilherme Alves Oliveira da Silva

1. INTRODUÇÃO

Empreendedorismo e inovação no ensino médio é um suporte e trabalho desenvolvido voltado para os jovens do ensino médio que estão próximos a adentrarem ao mercado de trabalho, auxiliando esses adolescentes a encontrarem o perfil profissional adequado que esses tenham habilidades e aptidões. Profissões que se encaixem com seu perfil pessoal e profissional fazendo uma ligação entre os perfis, verificando suas habilidades e desenvolvendo para transformar em competências, selecionando esses perfis os estudantes vão perceber qual seu maior potencial guiando ao projeto de vida individual de cada um deles, as estratégias de planejamento desenvolvidas pelo professor tem papel fundamental sendo através dos dados coletados e analisados desses alunos com objetivo de ampliar o autoconhecimento dos alunos, tendo uma noção de empreendedorismo, e suas habilidades.

Os alunos do ensino médio, imersos em um mundo de mudanças rápidas e incertezas, enfrentam um dilema quanto ao futuro de seus estudos e carreiras. Diante da pressão social e familiar, muitos se veem divididos entre seguir seus interesses genuínos ou ceder às expectativas externas. Enquanto alguns sonham em abraçar profissões tradicionais, como medicina ou direito, outros se sentem atraídos por campos emergentes, como inteligência artificial e biotecnologia. No entanto, a falta de clareza sobre o mercado de trabalho futuro alimenta a ansiedade e a indecisão. Os avanços tecnológicos e a automação levantam questões sobre a relevância futura de certas habilidades e profissões, deixando os alunos se perguntando se os empregos que desejam estarão disponíveis daqui a alguns anos. Além disso, a crescente conscientização sobre questões ambientais e sociais leva muitos estudantes a questionar se devem priorizar carreiras que contribuam para um mundo mais sustentável e equitativo. Enfrentando um cenário tão complexo e em constante evolução, os alunos do ensino médio enfrentam o desafio de tomar decisões que moldaram seu futuro,

enquanto buscam equilibrar suas paixões, habilidades e preocupações com as demandas do mercado de trabalho e as expectativas da sociedade.

O objetivo da pesquisa é procurar conhecer mais sobre aqueles adolescentes que estão finalizando o ensino médio e quais os seus sonhos, se eles possuem interesse em realizar uma graduação ou se possuem interesse em empreender um novo negócio. Com essa pesquisa visa conhecer um pouco sobre a expectativa de vida e de futuro desses adolescentes, quais são seus planos, seus pensamentos e qual próximo passo pensam em seguir.

Procurando compreender a visão profissional dos adolescentes, em qual profissão possui mais interesse, um sonho ou até mesmo se seu sonho for empreender um grande negócio. Tentando direcioná-los ao seu futuro, trazendo curiosidades as profissões e confiança para a realização de seus sonhos. Mostramos o quanto é gratificante encarar seu futuro após o ensino médio, e como será prazeroso desfrutar de tudo aquilo que um dia foi um sonho.

Por fim o resultado da pesquisa é fazer com que esses adolescentes adquiram coragem e força de vontade para seus objetivos, seu futuro profissional, sendo uma graduação ou um novo empreendedor.

2 – DESENVOLVIMENTO

No primeiro momento é indispensável esclarecer o que se entende por empreendedorismo, para que se possa compreender os impactos nos projetos da vida profissional dos alunos do Ensino Médio.

A autora Adriana Velho Galli, juntamente com Giancarlo Giacomelli no livro *Empreendedorismo* (2017) descreve como perfil empreendedor um indivíduo que tem ideias e iniciativas para propor novos negócios e fazer com que seus projetos sejam viáveis para se tornarem concretos. Portanto, de uma forma mais clara, pode-se dizer que a pessoa com o pensamento empreendedor é aquele que tem a capacidade de criar e construir algo a partir do nada, além de transformar ideias em realidades e de criar sua própria oportunidade.

Dito isso, é notório que essa consciência empreendedora não vem inesperadamente e sim que é construída durante o processo educacional e profissional dos alunos tanto do ensino superior, quanto do ensino médio. O CEO do The Entrepreneurial Learning Initiative, Gary Schoeninger em sua obra *Who*

Owns the Ice House (2010), expõe que o empreendedorismo não se limita apenas à criação de empresas, mas é uma mentalidade que pode ser cultivada através da educação. Gary defende e argumenta neste livro e também em algumas palestras que as escolas têm a responsabilidade de desenvolver a mentalidade empreendedora entre os alunos, oferecendo oportunidades de aprendizado prático, resolução de problemas e desenvolvimento de habilidades como liderança e trabalho em equipe.

As escolas, portanto, têm a responsabilidade de incentivar dentro da instituição, os alunos a terem atitudes com responsabilidade empreendedora através de projetos e aulas tanto expositivas e demonstrativas a fim de promover o processo empreendedor pessoal e profissional.

A partir disso, foram criados diversos planejamentos pedagógicos para serem aplicados nas escolas, como o PEP, o Plano Empreendedor Pessoal. Este planejamento estratégico não tem uma origem específica, mas foi se consolidando ao longo das décadas com o aumento do interesse e o crescimento do empreendedorismo nos cenários econômicos, sendo afirmado por Brian Tracy como um instrumento para orientar as pessoas ao definir suas metas e como alcançá-las.

No livro Empreendedorismo: Fazendo acontecer; Livro do aluno. Ensino Médio (20), escrito por José Dornela, além do autor traçar um caminho de autodescoberta empreendedora, de desenvolver habilidades e projetos para o aluno e para o seu orientador, através de lições nos capítulos, também traz o Plano Empreendedor Pessoal (PEP) como um planejamento crucial no processo dos alunos para seus projetos de vida profissional.

Em síntese o PEP é um método de direção de vida, na qual envolve mudanças de hábitos e atitudes implicando em uma profunda reflexão pessoal, proporcionando maior organização pessoal, potencialização do tempo e de recursos pessoais com a finalidade de visualizar onde o indivíduo quer chegar, o seu ponto de partida e qual caminho a se percorrer.

A frase “Você não precisa ser ótimo para começar, mas precisa começar para ser ótimo” do escritor e palestrante Americano Zig Ziglar, exemplifica e demonstra exatamente a finalidade não somente do PEP, mas também de outros planejamentos pedagógicos que estimulam o processo das pessoas.

Dessa maneira, é notório a responsabilidade das instituições de ensino e os professores no desenvolvimento empreendedor e de projeção das carreiras dos estudantes para que, desde o começo da caminhada escolar capacitar e aprimorar as habilidades e assim estejam aptos para lidar com os desafios do mercado de trabalho.

3 METODOLOGIA

Considerando o objetivo do presente estudo, Empreendedorismo nas Escolas, se foi realizado a pesquisa de campo na Escola Estadual Maria Luiza Miranda Bastos e nesta averiguação foi utilizado da metodologia Quali-Quantitativa, uma vez que se teve a enumeração e também uma classificação e interpretação do público questionado, por meio de um formulário de pesquisa.

4 ANÁLISE E CONCLUSÃO

No que tange da averiguação feita na Escola Estadual Maria Luiza Miranda Bastos, na qual foi realizado em duas salas do Ensino Médio, uma da segunda série (2ª série) do ensino técnico e outra da terceira série (3ª série), foi primeiramente falado para os alunos o objeto e objetivo da pesquisa utilizando uma abordagem dinâmica para com os estudantes, visando a participação em forma de bate-papo com o assunto empreendedorismo e o plano de carreira.

Após a breve apresentação do estudo e uma introdução ao formulário, foi passado aos alunos o questionário com a finalidade de classificar e enumerar as respostas.

Já finalizado o formulário, com o total de 32 alunos que responderam, se teve as seguintes relações estatísticas.

- 96,9% dos alunos têm entre 16 a 18 anos;
- 65,6% dos alunos são mulheres, e 34,4% homens;
- 93,8% dos alunos pretendem fazer faculdade, e 6,3% não pretendem;
- 87,5% dos alunos pretendem empreender na vida profissional, e 12,5% não pretendem;

- 59,4% dos alunos concordam totalmente que o ensino empreendedor nas escolas é importante para o futuro profissional, 34,4% dos alunos concordam parcialmente, 3,1% dos alunos discordam parcialmente e 3,1% dos alunos discordam totalmente;

- 12,5% dos alunos concordam totalmente que o ambiente escolar atual incentiva a atitude empreendedora entre os estudantes, 37,5% dos alunos concordam parcialmente, 34,4% dos alunos discordam parcialmente e 45,6% discordam totalmente;

- 62,5% dos alunos concordam totalmente que a mentalidade e conhecimento empreendedor pode agregar a carreira profissional, 31,3% dos alunos concordam parcialmente e 6,3% dos alunos discordam parcialmente;

No mesmo formulário, foi utilizado da classificação e interpretação dos alunos para a formulação das respostas, sendo a relação dentre elas:

O curso pretendido a ser cursado dentre os alunos, sendo:

CURSO PRETENDIDO	QUANTIDADE
Medicina	10 alunos
Direito	6 alunos
Psicologia	3 alunos
Engenharia química	2 alunos
Arquitetura	2 alunos
Radiologia	1 aluno
Educação física	1 aluno
Odontologia	1 aluno
Comunicação	1 aluno
Astronomia	1 aluno
Design	1 aluno
Tecnologia da informação	1 aluno
Biomedicina	1 aluno
Não definidos	2 alunos

Fonte: dos autores, 2024

Quais habilidades e áreas os estudantes poderiam desenvolver ao longo da jornada escolar, com o ensino empreendedor:

Habilidades	Quantidade
Contabilidade/educação financeira	14 alunos
Criatividade	3 alunos
Protagonismo	3 alunos
Trabalhar em equipe/liderança	2 alunos
Comunismco	1 aluno
Organização	1 aluno
Administrador	1 aluno
Não souberam responder	7 alunos

Fonte: dos autores, 2024

Quais áreas dentro do empreendedorismo são importantes para consolidar a jornada profissional:

Áreas	Quantidade
Gestão de negócios	10 alunos
Educação financeira	11 alunos
Tecnologia da informação	2 alunos
Administração	7 alunos
Não souberam	5 alunos

Fonte: dos autores, 2024

Sintetizando e analisando estes resultados, é possível compreender que os alunos do ensino médio, sendo técnico ou não, possuem em sua maioria um objetivo e um plano profissional, no qual também tem uma ligação intrínseca com o empreendedorismo. Demonstrando então o tamanho da importância e o impacto que o ensino de tal área traz para o futuro profissional dos alunos em suas carreiras, o quanto o papel das escolas com projetos e aulas que visam incentivar e colocar em prática os aprendizados, é de enorme benefício e competência para os estudantes, e por fim é notório também a escassez de um ensino e um cronograma que visa profissionalizar os jovens nas atuais escolas de ensino básico a ensino médio.

5 - BIBLIOGRAFIA

BIAGIO, Luiz Arnaldo. **Empreendedorismo** : construindo seu projeto de vida / Luiz Arnaldo Biagio. Barueri, São Paulo, Manole, 2012.

DORNELAS, José. **Empreendedorismo fazendo acontecer**: livro do aluno: Ensino médio: Volume 3. São Paulo, Empreende, 2020.

DORNELAS, José. **Empreendedorismo fazendo acontecer**: livro do aluno: Ensino médio Volume 1. São Paulo. Empreende, 2020

DORNELAS, José. **Empreendedorismo fazendo acontecer**: livro do professor: Ensino médio: Volume 3. São Paulo. Empreende, 2020

LUCIA SIMÕES, Vera. **O Pep** - Planejamento estratégico pessoal como ferramenta para alcançar os objetivos pessoais e profissionais. Instituto Ensinar Brasil, Faculdade Doctum de Guarapari. 2017

VELHO GIACOMELLI, Adriana Galli Giancarlo. **Empreendedorismo**. 3ª edição. Porto Alegre, SAGAH, 2017.

ANEXOS



EMPREENDEADORISMO DAS ESCOLAS

Responda o questionário abaixo e
comece já planejar seu futuro .



As realizações começam no plano das
ideias .

FAMINAS-BH

3º período/Graduação em Direito

ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE- Daniela Silva Lessa; Julia Lima dos Santos; Kariny Martins Gomes dos Santos; Rebecca Sarah De oliveira; Alice Cardoso Gomes; Gabriel Weitzel Oliveira; Gabriela Maria Melo

1 – INTRODUÇÃO

Na atualidade, a falta de conhecimento dos jovens a respeito de instrumentos jurídicos de proteção no âmbito do Direito da Infância e da Juventude contribui diretamente para a perpetuação de abusos e violência contra estes e seus direitos. Dessa forma, a conscientização sobre esses direitos é imprescindível para garantir um ambiente mais seguro que proporcione um desenvolvimento saudável para crianças e adolescentes, garantindo-lhe uma vida digna, conforme disposições constitucionais e infraconstitucionais (como é elencado no 7º artigo do Estatuto da Criança e do Adolescente, que reforça, em seu texto, o direito da criança e o adolescente crescerem num meio sadio e harmonioso).

A problemática enfrentada neste estudo é baixa disseminação do conhecimento e conscientização desses jovens e membros da comunidade escolar acerca dos mecanismos jurídicos de proteção no ramo do Direito da Infância e Juventude, o que acarreta diretamente em uma imprecisa aplicação desses instrumentos, ocasionando 3em falhas efetivas na execução desses direitos, bem como na prevenção e intervenção nos casos de violência, abuso ou negligência.

Dado o exposto, o objetivo primordial desse projeto é promover a conscientização da comunidade escolar sobre instrumentos jurídicos de proteção no âmbito do Direito da Infância e da Juventude, com ênfase no Estatuto da Criança e do Adolescente, bem como a viabilização de um ambiente mais saudável, seguro e lúdico para estes jovens.

Primeiramente, este estudo buscou avaliar o nível de conhecimento dos alunos da instituição Escola Municipal Professor Pedro Guerra, presentes na palestra sobre estes instrumentos jurídicos de proteção no ramo do Direito da Infância e da Juventude. Posteriormente, será analisado o impacto da palestra (metodologia expositiva) na conscientização, compreensão e interesse dos participantes sobre o assunto abordado, através de um espaço de tempo

dedicado de maneira exclusiva para responder às perguntas dos alunos. Por último, será fornecido aos alunos uma cartilha informativa sobre os direitos apresentados, objetivando uma continuidade na conscientização destes após a palestra e reforçando a relevância desta temática.

É fato que, com o advento do aumento de idade, a percepção a respeito dos direitos fica maior, todavia, é importante destacar que levar o direito ao conhecimento das crianças é de suma importância, especialmente para o reconhecimento de situações de injustiça ou violência, o que poderia encorajá-las a se ampararem na segurança pública e nos dispositivos legais. É de extrema importância levar o ECA ao conhecimento dos adolescentes e crianças para que possam reconhecer que a injustiça que eles sofrem se trata de uma violação que deve ser denunciada. Na pesquisa realizada por Cássia Ferrazza e Aline Siqueira, foi constatado que, aproximadamente, apenas 50% dos estudantes entrevistados souberam dar algum exemplo de direitos que eles possuem e aqueles que citavam algum apresentaram certa limitação de conhecimento, destacando apenas o direito de não trabalhar, de estudar e de expressar a opinião. Além de tal pesquisa, as autoras também fizeram um questionamento com os alunos a respeito do conceito e das atribuições do Conselho Tutelar, e grande parte dos entrevistados o descreveram como “órgão de punição às crianças e aos adolescentes”. Destaca-se que muito desse entendimento pode ser ensinado pela própria família, o que revela o círculo vicioso de desinformação.

Como exposto anteriormente pelo estudo de Ferrazza e Siqueira, uma grande parcela do entendimento sobre o ECA e órgãos relacionados aos direitos das crianças e dos adolescentes vem dos familiares que, em sua maioria, possuem uma visão estigmatizada, o que contribui para uma imagem negativa de tais entidades e para o não entendimento dos instrumentos jurídicos, o que revela a importância de ambientes como a escola tratarem da importância do ECA e do Conselho Tutelar para a proteção dos direitos dos adolescentes e das crianças.

2 – METODOLOGIA

Para tal ação, foi utilizada a metodologia expositiva, abordagem que se baseia na apresentação de conteúdo de forma concisa, visando transmitir conhecimento de maneira eficiente. Além disso, a exposição clara do conteúdo permite que os estudantes acompanhem o raciocínio do expositor e estabeleçam conexões entre os diferentes conceitos apresentados para a assimilação do assunto apresentado.

3 – ANÁLISE

Paulo Sérgio Pinheiro, reconhecido por suas contribuições no campo dos direitos humanos, argumenta, em suas obras como "Direitos Humanos: Justiça, igualdade e dignidade", que a conscientização sobre os direitos da criança desempenha um papel crucial na formação de cidadãos comprometidos com a promoção e proteção dos direitos fundamentais. Estudos como os de Carvalho e Azevedo (2018) corroboram essa visão, demonstrando que a educação em direitos humanos desde a infância está positivamente correlacionada com uma maior consciência social, empatia e capacidade de identificar e denunciar situações de violação de direitos. Dessa forma, ao levar o Estatuto da Criança e do Adolescente para as escolas, não apenas estamos cumprindo uma obrigação legal, mas também investindo no fortalecimento dos valores democráticos e na formação de cidadãos mais conscientes, engajados e comprometidos com a promoção e defesa dos direitos humanos, especialmente no que tange às crianças.

Fazendo uma análise acerca da exposição realizada, pôde-se constatar que, durante a visita na escola, dos 106 alunos, apenas 65 (cerca de 63%) possuíam algum conhecimento acerca do ECA, destacando-se que a escola já ofereceu aulas extracurriculares acerca deste Estatuto, o que contribuiu para o aprendizado dos estudantes.

3 CONCLUSÃO

Conclui-se, portanto, que o tema abordado nesse projeto, ainda que de maneira sucinta, é de suma importância para a sociedade, em especial para as crianças e os adolescentes. Tal temática tem ganhado visibilidade em abordagens ocasionais em sala de aula, entretanto, deve ser difundida no meio social de maneira ampla e integral, particularmente como forma de não somente viabilizar a efetiva execução desses direitos, mas também tornar a comunidade mais justa, especialmente para os mais vulneráveis.

Além disso, pode-se dizer que o ECA promove o reconhecimento das crianças e dos adolescentes como sujeitos dignos de direitos protegidos pela lei.

A importância do ECA deriva exatamente disso: reafirmar a proteção de pessoas que vivem em períodos de intenso desenvolvimento psicológico, físico, moral e social para a promoção de uma infância e juventude segura e feliz.

4 - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidente da República, [2016]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em 16 mai. 2024.

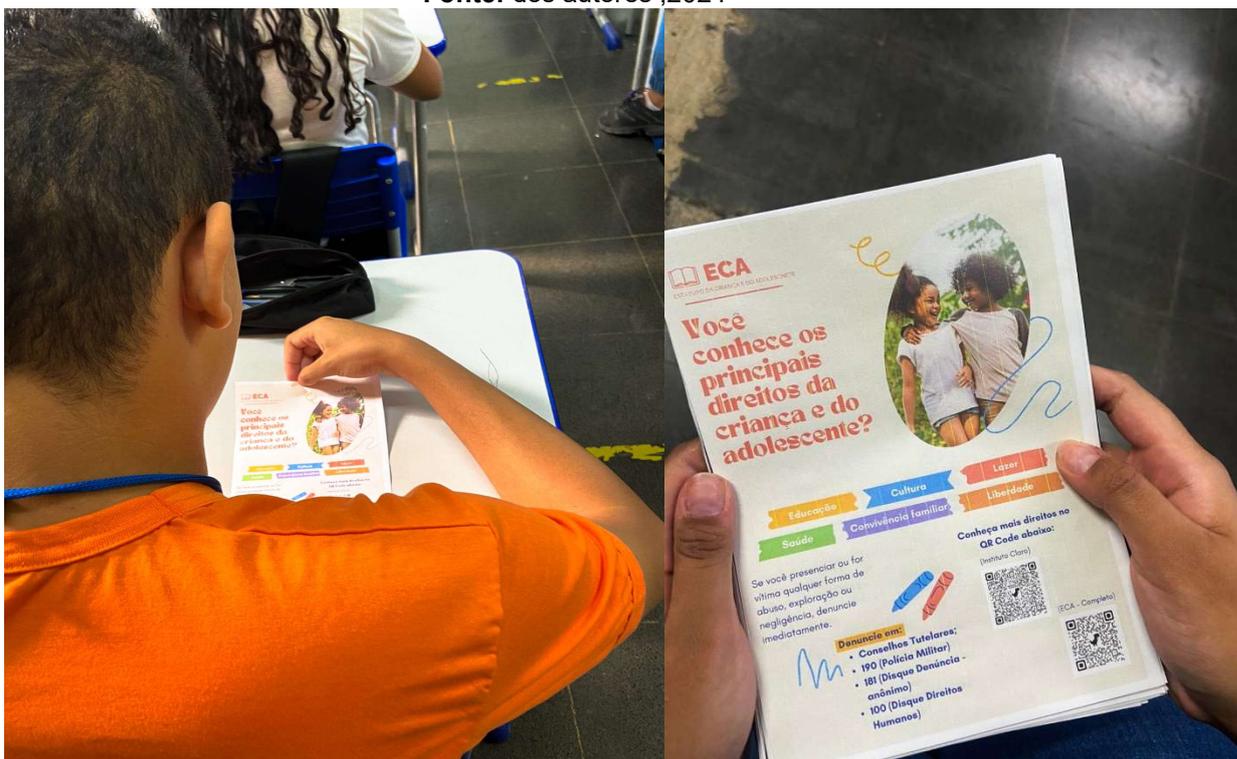
BRASIL. Lei 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 16 jul. 1990.

SIQUEIRA, Aline Cardoso; ALVES, Cassia Ferraza. A perspectiva de adolescentes sobre seus direitos e deveres. **Psicologia e Sociedade**, Rio Grande do Sul, p. 583-593, 9 out. 2014. DOI 10.1590/S0102-71822014000300007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psoc/a/TsKKCyZ3dWjbtXcmGKGqBCs/?lang=#ModalTutors>. Acesso em: 30 abr. 2024.

ANEXOS



Fonte: dos autores ,2024



Fonte: dos autores ,2024

CARTILHA ANTI-DROGAS: protegendo seu futuro- Candido Viana Neto;
Luciana Rooke Negrao de Lima Serafine; Millena de Barros Ferreira; Franciele
de Souza Matos; Lorrane Romanelle Sena; Diullya Kathleen Meloni

1 INTRODUÇÃO

O uso de drogas entre adolescentes é um problema persistente que afeta indivíduos, famílias e comunidades em todo o mundo. À medida que jovens entram na fase da adolescência, eles experimentam uma série de mudanças biológicas, psicológicas e sociais significativas. Essas mudanças, combinadas com uma tendência natural para a experimentação, podem torná-los particularmente vulneráveis ao uso de drogas e às consequências negativas associadas a ele. O desenvolvimento de estratégias eficazes para prevenir o uso de substâncias ilícitas nesta faixa etária é, portanto, de extrema importância. Uma das ferramentas mais promissoras para a prevenção é a educação através de materiais didáticos específicos, como cartilhas informativas que são projetadas para engajar e informar os jovens sobre os riscos associados ao uso de drogas.

A necessidade de uma cartilha antidrogas para adolescentes se baseia em diversos fatores críticos. Primeiramente, a adolescência é um período de intensa curiosidade e de formação de hábitos que podem durar toda a vida. A influência de pares, a exposição a ambientes de risco e a falta de informação adequada são fatores que podem contribuir para decisões prejudiciais relacionadas ao consumo de substâncias. Uma cartilha bem elaborada deve, portanto, abordar não apenas os efeitos físicos e psicológicos das drogas, mas também equipar os jovens com habilidades para resistir à pressão dos colegas, tomar decisões informadas e entender as consequências legais do uso de drogas.

Além disso, a eficácia de uma cartilha anti-drogas também depende de sua capacidade de se conectar com o público adolescente de maneira autêntica e respeitosa. É crucial que o material não apenas transmita os fatos, mas também fale a linguagem dos jovens, utilizando exemplos relevantes e mantendo um tom que reflita respeito pela inteligência e pela capacidade de tomada de decisão do adolescente.

A inclusão de histórias reais, depoimentos de jovens que resistiram às drogas e dados atualizados sobre as tendências de uso de substâncias podem ajudar a fortalecer a mensagem da cartilha e incentivar uma recepção positiva.

Este trabalho visa explorar o desenvolvimento e a implementação de uma cartilha antidrogas para adolescentes, avaliando sua relevância, abordagens metodológicas e eficácia na prevenção do uso de drogas. Analisaremos as características demográficas e psicológicas dos adolescentes que podem influenciar a eficácia da cartilha, bem como os desafios enfrentados na sua distribuição e aceitação por esse público específico. Através de uma abordagem multidisciplinar, pretendemos oferecer uma visão abrangente sobre como tais materiais educativos podem ser uma parte crucial nas estratégias de prevenção ao uso de drogas entre jovens.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 ENTENDENDO O PÚBLICO-ALVO

O primeiro passo para o desenvolvimento de uma cartilha antidrogas eficaz para pré-adolescentes é entender as características únicas deste público. Pré-adolescentes, geralmente entre 11 e 13 anos, estão em uma fase crucial de desenvolvimento cognitivo e emocional. Eles começam a formar sua própria identidade e são altamente influenciáveis por amigos e pela mídia. Segundo Bezerra e Ribeiro (2014), é essencial que a prevenção ao uso de drogas nesta faixa etária se concentre em fortalecer a autoestima, promover habilidades de vida e oferecer informações claras e acessíveis sobre as drogas e seus efeitos adversos.

2.2 COMPONENTES DA CARTILHA

a. Informação sobre Drogas

A cartilha deve iniciar com uma seção educativa sobre o que são drogas, os tipos de drogas mais comuns (lícitas e ilícitas) e seus efeitos no corpo humano e na mente. Essas informações devem ser apresentadas de maneira simplificada

e visual, utilizando infográficos e ilustrações para facilitar a compreensão. O trabalho de Morais e Silva (2019) destaca a importância de desmistificar crenças comuns sobre drogas, como a ideia de que drogas lícitas são menos prejudiciais que as ilícitas.

b -Habilidades de Vida e Interação Familiar

Incorporar um módulo sobre habilidades de vida é crucial. Este módulo pode incluir técnicas de tomada de decisão, a importância de dizer "não", e como lidar com a pressão dos colegas. Segundo Fonseca et al. (2016), ensinar essas habilidades aos pré-adolescentes pode aumentar significativamente sua resistência ao uso de drogas. Atividades práticas e cenários hipotéticos, podem ser utilizadas para reforçar essas habilidades.

2.3 ESTRATÉGIAS DE DISTRIBUIÇÃO E ENGAJAMENTO

A distribuição da cartilha em um colégio particular deve ser acompanhada de atividades interativas que promovam o engajamento dos estudantes. Palestras e atividades em grupo são essenciais para discutir os temas abordados na cartilha. Além disso, a participação dos pais nesse processo é fundamental, como indicam Lopes e Sousa (2015), que recomendam sessões informativas para pais sobre como abordar a questão das drogas com seus filhos.

2.4 AVALIAÇÃO E FEEDBACK

Após a implementação da cartilha, é vital realizar uma avaliação para medir sua eficácia. Questionários de feedback para estudantes, professores e pais podem fornecer insights sobre as áreas que necessitam de melhoria. Esta avaliação deve ser contínua para adaptar a cartilha às necessidades e ao feedback do público-alvo.

Desenvolver uma cartilha antidrogas para pré-adolescentes em um colégio particular requer uma abordagem detalhada e cuidadosa, que considere as especificidades dessa faixa etária. A colaboração entre educadores, psicólogos e a comunidade escolar é essencial para criar um recurso que não

apenas informe, mas também inspire os estudantes a fazerem escolhas saudáveis. Com a combinação certa de informação, habilidades de vida e suporte, é possível equipar os pré-adolescentes com as ferramentas necessárias para resistir às drogas de forma eficaz.

3 METODOLOGIA

A metodologia utilizada para o desenvolvimento do trabalho sobre a cartilha antidrogas para pré-adolescentes em colégio particular envolve uma abordagem multidisciplinar que combina revisão de literatura, análise de práticas existentes, e desenvolvimento de materiais educativos específicos. Aqui está um detalhamento dessa metodologia:

3.1 REVISÃO DA LITERATURA

O primeiro passo consistiu em realizar uma revisão extensa da literatura sobre prevenção ao uso de drogas entre jovens, com um foco particular em pré-adolescentes. Foram consultados artigos acadêmicos, livros, e relatórios de organizações de saúde tanto nacionais quanto internacionais. Essa revisão ajudou a identificar quais estratégias são mais efetivas na educação sobre drogas para esse grupo etário e quais métodos pedagógicos são mais apropriados para sua idade e desenvolvimento cognitivo.

3.2 ANÁLISE DE PRÁTICAS EXISTENTES

Foram analisadas diversas cartilhas e programas antidrogas já implementados em escolas, com atenção especial para aqueles dirigidos a colégios particulares e a faixa etária pré-adolescente. Isso incluiu a análise de materiais educativos, formatos de apresentação, e estratégias de engajamento. Esta etapa também envolveu conversas com educadores, para entender as vantagens e limitações das abordagens atuais.

3.3 DESENVOLVIMENTO DE CONTEÚDO

Com base nas informações e insights obtidos, foi iniciado o processo de desenvolvimento do conteúdo da cartilha. Este processo envolveu a elaboração de textos, escolha de imagens apropriadas e design gráfico que fosse atrativo para pré-adolescentes. Foco em uma cartilha simples e objetiva, pois é consenso entre educadores que conteúdos extensos são ignorados pelos adolescentes. A criação de conteúdo foi feita para assegurar que a linguagem, o tom, e os exemplos utilizados fossem apropriados e eficazes para o público-alvo.

3.4 TESTES PILOTO E FEEDBACK

Antes da implementação final, a cartilha foi testada em um pequeno grupo de pré-adolescentes em um curso particular de inglês (CCAA Santa Luzia, turma de 5 alunos). Esta etapa incluiu uma visita interativa onde os estudantes puderam interagir com o material. Após a visita, foi coletado feedback dos participantes o que foi crucial para fazer ajustes finais no material.

Este processo metodológico assegura que a cartilha não apenas fornece informações relevantes e cientificamente corretas sobre drogas, mas também engaja os pré-adolescentes de maneira efetiva, respeitando suas capacidades de compreensão e interesses.

4 CONCLUSÃO

A elaboração e implementação de uma cartilha antidrogas para pré-adolescentes em colégio particular é uma estratégia fundamental na promoção de saúde e prevenção do uso indevido de substâncias. Este projeto tem como base a compreensão de que a prevenção eficaz depende não apenas de informar sobre os malefícios das drogas, mas também de desenvolver habilidades sociais e emocionais, que ajudam os jovens a fazer escolhas conscientes e responsáveis.

A partir da análise de diversas fontes e metodologias, ficou evidente que a intervenção educativa precisa ser adaptada às particularidades dessa faixa etária, explorando linguagens e métodos que ressoem com suas experiências

cotidianas. A inclusão de conteúdo interativo e visualmente atraente, como infográficos, vídeos e quizzes, mostrou-se uma forma eficaz de engajar os pré-adolescentes, facilitando a assimilação de informações complexas de forma mais acessível e duradoura. Outro aspecto crucial é a participação ativa da comunidade escolar e da família no processo educativo. Ações que envolvam os pais e responsáveis são essenciais, pois reforçam as mensagens transmitidas pela cartilha e criam um ambiente de suporte mútuo, essencial para o fortalecimento dos jovens frente aos desafios relacionados às drogas. Workshops, palestras e encontros de discussão podem ser estratégias valiosas para envolver toda a comunidade educativa e estender o diálogo sobre prevenção além dos muros da escola.

Por fim, a avaliação contínua do impacto da cartilha é fundamental para garantir que os objetivos de prevenção sejam atingidos e para adaptar o programa às necessidades e feedbacks dos alunos. Em suma, a criação de uma cartilha antidrogas voltadas para pré-adolescentes em colégio particular representa um passo importante no combate à disseminação do uso de drogas nesta faixa etária vulnerável. Com o compromisso de educadores, pais e da própria comunidade, é possível construir uma base sólida para que os jovens cresçam saudáveis e conscientes dos riscos associados ao uso de substâncias ilícitas, contribuindo para uma sociedade mais segura e informada.

5 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARATANGY, Lidia Rosenberg. **Doces Venenos**. São Paulo: Editora Moderna, data 2004.

BURNS, John E. **O Caminho dos Doze Passos**. São Paulo: Edições Loyola, 1995.

CHOPRA, Deepak. **Dominando o Vício**. São Paulo: Editora Best Seller, 2010.

MALGOR, Hermann Schreck. **Soltar as Muletas**. São Paulo: Editora Pau

PINSKY, Ilana; PAZINATTO, Cesar. **Álcool e Drogas na Adolescência**. São Paulo: Contexto, 1997.

Visita ao CCAA para pré-avaliação do material



Fonte: dos autores, 2024

Chegada da turma para distribuição da cartilha e conversa, realizada durante a aula de ciências no 7 ano do ensino fundamental, colégio Maximus unidade Santa Luzia



Fonte: dos autores, 2024

Alunos com o material distribuído



Fonte: dos autores, 2024

Cartilha elaborada

<p>FAMINAS</p> <p>CARTILHA ANTI DROGAS: PROTEGENDO SEU FUTURO</p> 		<p>FAMINAS</p> <p>FAMINAS BH DIREITO</p> <p>CÂNDIDO VIANA DIULLYA MELONI FRANCIELE MATOS MILLENA FERREIRA LORRANNE ROMANELE LUCIANA ROOKE</p>	<p>CLASSIFICAÇÃO DAS DROGAS</p> <p>Do ponto de vista legal, são classificadas em:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Leituras: sua comercialização é permitida por lei. Ex.: álcool, cigarro e medicamentos. • Receitas: sua comercialização é proibida por lei. Ex.: maconha, LSD, heroína, cocaína e crack. <p>Quanto ao seu efeito no sistema nervoso central, dividem-se em:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Depressoras: prejudicam o funcionamento do cérebro. Quando seu uso acontece em excesso, diminuem a capacidade de dar e receber informações, prejudicando a capacidade de raciocínio lógico, a memória e a atenção. Ex.: álcool, cocaína, heroína, crack, maconha e LSD. • Estimulantes: agilizam a atividade cerebral, fazendo com que o usuário fique "rápido", cheio de energia, em estado de alerta constante. Ex.: cocaína, crack, amfetamina, nicotina (tabaco) e cafeína (café). • Psicodélicas: causam alterações no funcionamento do cérebro, provocando delírios, alucinações e alterações na percepção. Ex.: maconha, LSD e ecstasy. <p>Drogas são substâncias que, quando administradas, produzem uma ou mais alterações no organismo.</p> <p>Drogas psicoativas são substâncias capazes de provocar mudanças no estado mental e no comportamento, alterando a modo de agir, sentir e sentir.</p> <p>FATORES DE PROTEÇÃO CONTRA AS DROGAS</p> <ul style="list-style-type: none"> • Saber escolher bem suas companhias. • Ceder com sua conduta familiar e participar de grupos de apoio. • Praticar esportes. • Boa inserção e adaptação no ambiente de trabalho. • Contribuição de projetos de vida. • Valorização de um estilo de vida saudável. • Acesso a informações adequadas sobre as drogas e seus efeitos. • Resiliência ao uso. 	<p>FAMINAS E VOCÊ NA PREVENÇÃO DAS DROGAS E ALCOOL</p> <p>Atualmente, nossa sociedade é receptiva a esforços coletivos com vistas à promoção da saúde e do bem-estar dos indivíduos. Para contribuir com este sentido, temos um grande desafio: a enfrentar a problemática das drogas e álcool.</p> <p>A Faminas acredita que uma das ferramentas de grande valor para a prevenção e o combate às drogas e álcool é a educação, sendo o ambiente de trabalho um importante local para disseminá-la.</p> <p>Entendendo que é preciso mudar a atual realidade sobre o tema e visando fomentar o desenvolvimento pessoal do potencial humano na luta contra as drogas, a Faminas apresenta a publicação "Famínas e Você na Prevenção das Drogas e Alcool".</p> <p>PREVENÇÃO CONTRA DROGAS E ALCOOL</p> <p>MOTIVOS PARA O USO DE DROGAS</p> <ul style="list-style-type: none"> • Busca de alívio para conflitos. • Ausência de projeto de vida. • Síndromes depressivas. • Falta de rotina social. • Amizades. • Diversão. • Curiosidade. 	<p>O ADOLESCENTE, ADULTOS E AS DROGAS</p> <p>• A busca pela interdependência leva os adultos e adolescentes a um maior afastamento da família. Muitas vezes, estes não aceitam orientações de pessoas contra o uso e tendem a desobediência.</p> <p>• O uso de drogas pode ser uma porta de acesso para sua saúde, especialmente se esse consumo motiva de ocasional para um quadro de dependência mais grave.</p> <p>• O primeiro passo para qualquer tipo de dependência, seja ela às drogas ou ao álcool, é o ato de experimentar a substância que estes produtos podem oferecer para o organismo. A partir daí, ocorre que o indivíduo não tenha uma tendência genética para o desenvolvimento do vício, o risco de desenvolver situações de abuso no consumo desses compostos se torna cada vez maior.</p> <p>• A única maneira de evitar o problema com consumo de drogas na vida adulta é atuar com a prevenção.</p> <p>O PAPEL DA FAMÍLIA</p> <p>• Quando se tem um caso de drogas na família, é totalmente compreensível que o relacionamento entre todos fique abalado. Normalmente, o tratamento do dependente químico envolve uma série de fatores multidisciplinares e que tem muitas fases. Por isso, a conscientização e o apoio da família são cruciais para o sucesso.</p> <p>• Na tratar um dependente químico, toda a família passa também por um processo de cura. Não são somente filhos, mas, juntos, podem ser resgatados.</p> <p>• A família é essencial para fazer com que o dependente químico não se sinta sozinho em um momento tão conturbado. É por meio do apoio familiar que o doente terá a chance de encontrar um fonte e não se entregar de uma vez por todas ao vício e além da busca, mesmo quando quiser desistir.</p> <p>FAMINAS</p>
---	---	--	--	---	--

Fonte: dos autores, 2024

OS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - ECA - Wandrey Paulo Leal da Cruz; Julia Maria Rosa Silva; Vitor de Oliveira Silva; Rebeca Kaller de Oliveira; Rayra Carolina Alves de Lima

1 -INTRODUÇÃO

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), sancionado em 13 de julho de 1990, é uma das legislações mais avançadas do mundo em termos de proteção integral de crianças e adolescentes. O ECA estabelece direitos e garantias fundamentais, bem como diretrizes para sua implementação e fiscalização, conforme destacado por estudiosos como Sarmiento e Moreira (2013). No entanto, há uma lacuna significativa no conhecimento desses direitos por parte das crianças e adolescentes, o que compromete a eficácia da legislação em garantir a proteção integral.

A falta de conhecimento sobre o ECA entre crianças e adolescentes é um problema persistente, apesar das diretrizes claras do estatuto para a promoção de direitos (Costa e Silva, 2017). Muitas crianças desconhecem os direitos assegurados pelo ECA, o que as torna vulneráveis a violações de direitos fundamentais. Este desconhecimento impede que as crianças reconheçam, reivindiquem e protejam seus direitos, resultando em um ambiente onde abusos podem ocorrer com maior facilidade e menos chances de intervenção.

Constantemente presenciamos casos na TV de agressão e abuso contra crianças, especialmente no âmbito familiar. Além disso, é comum ver crianças trabalhando nas ruas. Casos de exploração sexual, negligência e violência doméstica também são frequentemente noticiados, destacando a vulnerabilidade e a necessidade urgente de proteger nossos menores. Considerando a gravidade desses casos, realizamos uma intervenção na escola para conscientizar as crianças sobre seus direitos e capacitá-las a se protegerem.

O trabalho tem como premissa e objetivos Geral, conscientizar e informar crianças de até 12 anos da Escola Municipal Marina Vianna de Castilho sobre o ECA, 20 crianças de 4 turmas, promovendo o entendimento e o reconhecimento de seus direitos.

E como objetivos específicos:

- Avaliar o conhecimento prévio das crianças sobre o ECA e seus direitos.
- Educar as crianças sobre os direitos estabelecidos pelo ECA de maneira lúdica e acessível.
- Desconstruir mitos e percepções errôneas sobre o Conselho Tutelar e outros órgãos de proteção.
- Incentivar as crianças a compartilhar o conhecimento adquirido com seus pares e suas famílias.
- Criar um ambiente de aprendizado interativo e colaborativo que encoraje a participação ativa e a expressão de dúvidas e experiências pessoais.

2 – DESENVOLVIMENTO

Durante a intervenção na Escola Municipal Marina Vianna de Castilho, nossa abordagem foi tanto educativa quanto lúdica, garantindo que o conteúdo fosse acessível e interessante para as crianças. Iniciamos com um questionário de quatro perguntas básicas para avaliar o conhecimento prévio dos alunos sobre o ECA. Este diagnóstico inicial revelou que apenas uma das 20 crianças conhecia o estatuto, o que confirmou a importância de nossa intervenção.

Optamos por métodos interativos e visuais para tornar o aprendizado mais envolvente. Utilizamos slides simples e coloridos, com frases objetivas e diretas, além de ilustrações adequadas para a faixa etária. As crianças participaram ativamente de atividades como caça-palavras e perguntas fechadas, que não só tornaram o processo de aprendizado mais divertido, mas também ajudaram a fixar o conteúdo.

A interação foi um dos pontos altos da intervenção. As crianças compartilharam suas próprias experiências e levantaram dúvidas, o que proporcionou um ambiente de aprendizagem colaborativo. Essa troca de informações foi fundamental para desconstruir mitos, como a visão negativa sobre o Conselho Tutelar, e destacar sua real função de proteção.

Ao longo da atividade, reforçamos a importância do ECA e explicamos detalhadamente os direitos previstos, os órgãos de proteção e as formas de

denunciar violações. Essa abordagem prática e teórica garantiu que as crianças saíssem da sala com um conhecimento sólido, capaz de ser aplicado em suas vidas e compartilhado com outros.

3 - METODOLOGIA

Nossa metodologia foi cuidadosamente planejada para ser adequada ao público infantil. Utilizamos uma linguagem simples e acessível, apropriada para crianças de até 12 anos. As atividades lúdicas, como o caça-palavras e as perguntas fechadas, foram fundamentais para manter o interesse e engajamento das crianças. Conversamos individualmente com cada aluno para garantir que todos se sentissem à vontade para participar e para captar sua atenção de maneira espontânea.

Os slides apresentados eram visuais e objetivos, com frases curtas e imagens que ajudavam a ilustrar os conceitos discutidos. Durante a apresentação, adotamos uma postura interativa, incentivando as crianças a fazer perguntas e compartilhar suas histórias. Isso não apenas facilitou a compreensão do ECA, mas também tornou o aprendizado mais significativo.

4 – ANÁLISE E CONCLUSÃO

A intervenção educacional sobre o ECA realizada na Escola Municipal Marina Vianna de Castilho foi um sucesso, evidenciado pelo entusiasmo e participação das crianças. Conseguimos transmitir conhecimentos essenciais sobre os direitos das crianças e adolescentes de uma maneira que foi ao mesmo tempo educativa e divertida. As crianças não só aprenderam sobre o ECA, mas também passaram a ver o Conselho Tutelar e outros órgãos de proteção como aliados na garantia de seus direitos.

Ao documentar esta intervenção, esperamos inspirar outras iniciativas similares e reforçar a importância de educar nossas crianças sobre seus direitos. A continuidade de tais projetos é essencial para criar uma sociedade mais informada e consciente.

5 - REFERÊNCIAS

Brasilecola.uol.com.br

COSTA, M. C., & Silva, J. P. (2017). Educação e Direitos Humanos: Práticas e Reflexões. Editora XYZ.

SARMENTO, J., & Moreira, M. (2013). Criança, Direitos e Educação. Editora DEF. - www.planalto.gov.br

www.jusbrasil.com.br

Momentos de aprendizado e diversão: crianças descobrindo seus direitos com o ECA.

- a) A pessoa até quatorze anos de idade incompletos
b) A pessoa com dez anos de idade completos
c) A pessoa até doze anos de idade incompletos
d) Nenhuma das alternativas anteriores

5.

Busque no quadro as palavras em negrito.
Atenção! Não caça-palavras as palavras estão sem acentuação.

Toda criança tem o direito de brincar
Toda criança tem o direito de ter uma **alimentação saudável**
Toda criança tem o direito de ter uma **família**
Toda criança tem o direito ao **respeito**
Toda criança deve ter acesso à **educação**
Toda criança tem o direito à **vida**
Toda criança tem o direito à **saúde**
Toda criança tem o direito à **segurança**
Toda criança tem o direito à **liberdade**

S	B	R	I	N	C	A	R	O	Y	C
L	D	P	D	Q	S	L	Y	M	U	P
H	I	N	F	A	M	I	L	I	A	S
R	E	B	U	K	A	M	G	N	O	O
E	F	D	E	Q	T	E	W	X	G	R
S	E	G	U	R	A	N	C	A	D	X
P	F	D	Q	C	D	T	V	X	F	H
E	B	N	Q	N	A	A	I	C	C	B
I	V	W	Y	C	V	C	D	X	O	F
T	C	K	I	N	X	A	A	E	Y	V
O	F	D	Q	A	L	O	H	O	U	R

QUESTIONÁRIO SOBRE O ECA

Nome: _____
Turma: _____
Data: 10/05/2024

Responda as perguntas abaixo sobre o ECA de acordo com SEU conhecimento, para depois conversamos um pouco melhor e aprofundado em grupo, vamos lá?

- Qual é a importância do ECA na sociedade?
 - Proteger os direitos das crianças e dos adolescentes
 - Controlar o horário de lazer das crianças
 - Limitar o acesso das crianças à educação
 - Nenhuma das opções acima
- Quais são os direitos fundamentais das crianças e adolescentes garantidos pelo ECA?
 - Educação, alimentação e saúde
 - Lazer, liberdade, expressão e dignidade
 - Todas as opções estão corretas
- O que é considerado como violência contra a criança segundo o ECA?
 - Agir de forma irresponsável
 - Deixar a criança brincar na rua
 - Qualquer ato que prejudique a integridade física, psicológica ou moral da criança
 - Nenhuma das alternativas anteriores
- Qual é a idade correta para ser considerada uma criança de acordo com o ECA?





Fonte: do autor, 2024.

A MATERIALIDADE DO PRINCÍPIO DA DIGNIDADE HUMANA APLICADA ÀS ESCOLAS SUBURBANAS- Alisson Lucas Pereira Rocha; Andressa

Soares Ferreira; Heitor Venâncio Dutra de Jesus; João Augusto D'Assunção; Keven Henrique Rodrigues Rocha; Matheus Augusto de Sousa Rodrigues de Carvalho; Micaías Estevão Toledo Corrêa; Walter Junio de Souza Real

1 – INTRODUÇÃO

Este estudo tem como finalidade discernir se, materialmente, um dos fundamentos da democracia brasileira, qual seja o princípio da Dignidade Humana, exposto no inciso III do artigo 1º da Constituição da República Federativa do Brasil, se faz presente na vida das pessoas de baixas classes sociais. Para tanto, teremos como objeto de pesquisa a realidade vivenciada por alunos de escolas públicas suburbanas do município de Belo Horizonte, Minas Gerais.

A desigualdade social marca o Brasil desde seu descobrimento. Este país passou por tempos de escravidão, ditadura e incontáveis revoluções sociais que surgiram da busca de um ideal, sendo ele o de uma vida justa e digna para todos os cidadãos da pátria. Em tempos contemporâneos, os ideais democráticos e a característica dirigente de nossa Carta Magna tornam clara a busca pela igualdade de direitos e oportunidades para todos, contudo, a aplicação dos princípios fundamentais frequentemente é rechaçada pela barreira da comunicação. As classes baixas sociais, marcadas pela falta de recursos monetários e pelo pouco acesso à informação, muitas das vezes sequer sabem da existência fática de seus direitos e muito menos sabem como reivindicar tais garantias constitucionais. À vista disso, permite-se dizer, portanto, que é no ambiente escolar que essa afirmação se torna palpável, aliás, são os jovens estudantes que formam o futuro da nação. Em uma escola, torna-se evidente se as gerações passadas e atuais sabiam e sabem de seus direitos como cidadãos de um Estado Democrático de Direito, e se o Princípio da Dignidade Humana é aplicado na sociedade brasileira contemporânea, constatando se ele é impedido pela desigualdade social e, assim, não passa de uma ideia meramente principiológica, incapaz de influenciar os poderes governantes e nortear a sociedade para a efetiva dignidade.

Buscando investigar e idealizar padrões entre os estudantes voluntários, este projeto tem por objetivo, a partir de um escrutínio do individual para chegar a conclusões gerais, traçar padrões de qualidade de vida dos estudantes assim como suas relações com o estudo, estabelecer o paralelo entre dignidade da pessoa humana como princípio e como realmente ocorre sua aplicação e, por fim, difundir o supracitado princípio aos jovens, objetivando a promoção de ideais humanitários e cidadãos, bem como estimular o estudo e a busca ativa pela realização material de seus direitos.

Assim, diante do que foi explanado, é evidente a importância deste estudo no contexto atual da sociedade brasileira. Ao focar na realidade dos alunos de escolas públicas suburbanas de Belo Horizonte pretende-se compreender se o Princípio da Dignidade Humana efetivamente materializa-se na vida das pessoas de baixas classes sociais. Nessa esteira, a pesquisa tem em seu propósito não apenas identificar possíveis lacunas na aplicação desse princípio fundamental, mas também estabelecer uma relação entre a qualidade de vida dos estudantes e sua relação com o estudo. Portanto, é esperado que os resultados obtidos contribuam para uma reflexão mais profunda sobre a efetivação dos direitos fundamentais e para o desenvolvimento de políticas públicas mais inclusivas e justas para toda a população brasileira.

2 – DESENVOLVIMENTO

O princípio da dignidade humana permeia o ambiente educacional, especialmente em áreas marginalizadas da sociedade. Isso se traduz em garantir acesso igualitário à educação por meio de programas de assistência financeira e transporte gratuito para escolas, além da disponibilização de recursos educacionais acessíveis. Dentro das escolas, o respeito à diversidade, diversão e inclusão é fundamental. Isso significa adotar currículos que reflitam a diversidade local, atividades recreativas e promover um ambiente seguro e acolhedor para todos os alunos, independentemente de sua origem étnica, cultural ou socioeconômica. Ademais, uma abordagem centrada no aluno é essencial, adaptando os métodos de ensino para atender às necessidades individuais e proporcionando apoio acadêmico e emocional, reconhecendo o potencial único de cada aluno. Portanto, essas medidas supracitadas visam

garantir que todos os alunos tenham a oportunidade de alcançar seu pleno potencial, respeitando sua dignidade e promovendo uma educação de qualidade em ambientes educacionais em áreas marginalizadas da sociedade.

Em face do exposto, faz-se de grande relevância trazer à baila a seguinte citação: “Se a educação sozinha não transforma a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda” (Pedagogia da Indignação: cartas pedagógicas e outros escritos, 2000; Paulo Freire). Nessa perspectiva, sem a presença da educação e, educação com dignidade e respeito, a sociedade permanece inalterada, pois é somente por meio dela que as transformações sociais podem ocorrer.

Ademais, segundo o jurista brasileiro, José Afonso da Silva, (2016, p. 121), “a dignidade da pessoa humana é um valor supremo que atrai o conteúdo de todos os direitos fundamentais do homem, desde o direito à vida, à liberdade, à igualdade e à segurança”. Com isso, percebe-se que a dignidade da pessoa humana representa um princípio fundamental que incorpora todos os aspectos dos direitos fundamentais do ser humano e, que abarca toda à vida humana em todos os seus âmbitos. Portanto, é mister a aplicabilidade desse princípio, também, no ambiente escolar.

Em rico acréscimo, rememora-se que Katarina Tomasevsk afirmou que “a educação é a chave para abrir outros direitos humanos”, indo de encontro às afirmações de Nelson Mandela que destacou que “a educação é a arma mais poderosa que você pode usar para mudar o mundo”. Dessa forma, percebe-se que ambas as declarações convergem ao reconhecer a importância da educação como um direito fundamental e como um catalisador para a transformação social e o fortalecimento dos direitos humanos. Isso porque com a educação adequada torna-se possível a consecução da reivindicação e da proteção de diversos outros direitos básicos.

Ante a tudo que foi exposto, faz-se nítido e eminente que a aplicação do Princípio da Dignidade Humana em ambientes educacionais nas áreas marginalizadas da sociedade é imprescindível para garantir que todos os indivíduos tenham acesso a uma educação de qualidade, independentemente de sua origem ou condição socioeconômica. Conclui-se, também, que isso não apenas promove a igualdade de oportunidades, mas também fortalece os laços sociais e contribui para a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva. Assim, ao reconhecer e valorizar a dignidade de cada pessoa, podemos

transformar os ambientes de ensino em espaços de democratização e de evolução para todos.

Nesse sentido, a fim de se constatar na prática como o princípio da dignidade humana é vislumbrado, realizou-se uma pesquisa qualitativa e quantitativa, *in loco*, na Escola Estadual Machado de Assis, situada em Vespasiano/MG. O trabalho foi desenvolvido em duas turmas, sendo uma do 9º ano do ensino fundamental e outra do 3º ano do ensino médio, a fim de se perceber diferentes perspectivas nos alunos que estão indo em direção à reta final da vida escolar e os discentes que estão no último ano na escola. A ferramenta utilizada para auferir os dados foi um questionário, com perguntas simples e objetivas, que foi distribuído aos alunos enquanto se explicava a eles o princípio da dignidade humana e noções básicas de Direito. Compulsando os questionários e após minuciosa análise, chegou-se à conclusão de que a maioria dos alunos classificam a vida de seu círculo familiar/afetivo – conforme o princípio da dignidade humana – como intermediária, isto é, não é completamente digna nem indigna de forma total, mas que possui um status passível de mudanças e melhoras que visem ao alcance da dignidade plena. Precisamente, considerando que a pesquisa foi feita com um total de 49 alunos, a porcentagem de alunos que chegaram a essa conclusão foi de mais de 55%. Importa enfatizar que a perspectiva dos alunos foi coletada mediante perguntas pessoais, tratando-se, estas, de sonhos e vontades que o entrevistado tem em relação à vida profissional/acadêmica. Os dados, estatísticas e informações consolidadas encontram-se nos anexos deste documento (item 4.1.).

3 – METODOLOGIA

Em face da pesquisa teórica exposta e da metodologia utilizada, constata-se que, não obstante o princípio da dignidade humana ser assegurado na Constituição da República (vide art. 1º, III), na realidade fática brasileira, a dignidade humana – por meio de seus elementos constituintes, como: educação, saúde, moradia etc – não é materializada efetivamente. Esse cenário preocupante evidencia a urgente necessidade de se desenvolver políticas públicas e ações socioeconômicas centradas em demandas básicas da população, como, por exemplo, uma educação de qualidade, que é pilar

fundamental de uma sociedade digna e bem desenvolvida. À vista disso, urge que Estado e população trabalhem sinergicamente com um objetivo precípua: promover melhorias efetivas em áreas diversas para, assim, lograr êxito na tarefa árdua de materializar, satisfatoriamente, o princípio da dignidade humana. O trabalho foi realizado por meio de entrevista na escola da região de Belo Horizonte.

4 – ANÁLISE E CONCLUSÃO

4.1. - ENTREVISTA COM DOCENTES

4.1.2. - Primeira entrevista - professora Sueli

Entrevistador: Olá, basicamente o intuito da nossa entrevista é verificar com você, professora, quais são as dificuldades, os obstáculos, os entraves presentes em sala de aula. Pois, não podemos ignorar a existência de uma desigualdade social. É nítido que uns possuem mais condições do que outros. Além disso, gostaríamos de ouvir a sua opinião sobre a perspectiva do futuro dos alunos, visto que alguns demonstram mais interesse se comparado a outros.

Professora: *“Na verdade, a condição social não é empecilho nenhum. Isso é o que menos importa aqui dentro. Aqui dentro, o que vale mesmo é o interesse que cada um demonstra.” – “Tem aluno que não tem condição nenhuma, mas é de uma capacidade enorme, porque tem interesse. Agora tem aluno que é super inteligente, tem aluno que é muito capaz, mas não quer, infelizmente. Não quer.”*

Entrevistador: Queremos saber, também, sobre outros obstáculos, além da aprendizagem e do desinteresse de alguns. O Estado está conseguindo oferecer uma boa educação, educação de qualidade para os alunos ou é possível traçar um paralelo entre o que prevê o princípio da dignidade humana e o que o Estado não corresponde?

Professora: *“É, na verdade, o Estado oferece uma educação de qualidade. Nós fazemos a nossa parte possível. Eu acho que o único fator aí que é prejudicado é o professor. – “O professor não é valorizado. O professor não é bem pago, entendeu? Ou seja, cobra-se muito, mas não dá em troca. Principalmente a*

valorização. – “A gente tá no magistério é porque gosta. Hoje em dia, a maioria dos jovens não querem fazer, não querem seguir essa carreira. Mas eu acho que esse é um dos maiores empecilhos.” – “Mas não justifica, né? Então a gente faz, eu, por mim, eu falo por mim, né? Que eu dou o meu melhor. Depois de mais de 25 anos em sala de aula, se eu tô aqui até hoje é porque eu gosto.”

Entrevistador: O Brasil, ele é sustentado na educação justamente pelo amor que os professores têm pela profissão mesmo. Vemos uma subvalorização da educação, principalmente dos professores, como você ressaltou. Eles querem receber, mas não querem dar nada em troca. O que se observa, é o sucateamento da educação. Mas e para a formação do cidadão? Poderia nos esclarecer mais?

Professora: “Eu falo muito com eles, que as melhores oportunidades saem de dentro da sala de aula. É com certeza. Exatamente. Então, cabe aproveitar, né? E seguir, né? Lutar. – “Porque a vida é essa, né? Lá fora, a vida é cruel. A vida seleciona. Então, cabe a eles terem maturidade para buscar o que é melhor para o futuro deles.”

Entrevistador: Nós fizemos uma entrevista na parte da manhã com os alunos do terceiro ano do ensino médio. Queríamos ver justamente essa diferença dos que estão na reta final e com aqueles que estão indo para o ensino médio agora.

Professora: “Então, fiquei muito feliz, de verdade. Importantíssima essa questão do direito. Tem que ter à vontade. Isso. Porque muitas pessoas, às vezes, têm o direito violado, transgredido ali, mas não sabem buscar, não sabem o que fazer. É verdade. Não sabem nem que direito é o direito violado. A gente cria uma noção ali do que é o direito deles, exatamente. Isso é muito importante. Isso. Muito obrigado.”

Entrevistador: Com certeza. Muito obrigado, professora, Sueli.

4.1.2 - Segunda entrevista – Professora Gabriela

Entrevistador: Iniciamos a nossa entrevista com qual o seu nome, qual a sua função no Machado de Assis e como é o seu dia a dia aqui no trabalho.

Professora: *“Meu nome é Gabriela, tenho 25 anos e eu dou aula de matemática, mas esse ano eu estou dando aula de itinerário de matemática. Um mais é tecnologia e inovação, matemática e saberes e outros mais.”*

Entrevistador: Dentro do ambiente de ensino, do ambiente escolar, você consegue perceber que a desigualdade social, os fatores econômicos e socioeducativos, eles influenciam na sua tarefa de ensinar, no seu trabalho em si com os alunos, em uma turma de 30 pessoas individualmente, um ou outro ou alguns sentem mais dificuldades ou sofrem mais com essa desigualdade?

Professora: *“Cada aluno tem sua individualidade, independentemente da desigualdade de cada um. Como sendo uma escola estadual, acredito que a desigualdade fica mais transparente, muito mais transparente. Lógico, tem pessoas aqui que têm uma qualidade de vida boa, uma condição econômica melhor, mas é muito difícil quando a gente pega alunos que não têm noção da realidade que vive. E também, não só em questão de desigualdade econômica, mas a social mesmo, porque os alunos não têm noção das coisas que vivem.”*

Entrevistador: E na sua percepção, qual que é a perspectiva dos alunos, pelo menos da maioria ou de alguns deles, sobre o futuro, sobre buscar um trabalho, um curso técnico, uma faculdade, poderia nos esclarecer, por favor?

Professora: *“Eu vejo muito que os meninos não têm perspectiva de futuro. Alguns aqui não sabem nem o que é o ENEM. A gente tem muita dificuldade de colocar isso. Eu, particularmente, estou estudando normas da ABNT com eles, para eles conseguirem saber, pelo menos, para sair daqui sabendo. Mas a maioria, assim, você consegue ver que estão fazendo curso técnico já. O Senai proporciona muito isso. Aqui também na escola tem muitos cursos técnico disponíveis. Porém, alguns alunos ainda não têm noção nenhuma de futuro. Eles só querem formar aqui e ter o diploma.”*

Entrevistador: O que para você o Estado poderia proporcionar para melhor atender as necessidades de ensino, para dar mais incentivo aos alunos?

Professora: *“Lógico, o Estado poderia fazer muito mais, né? Mas nós, como professores, já que o Estado não faz, isso fica para a gente. E eu, particularmente, nas minhas aulas, eu tento mostrar para eles que eles têm*

perspectiva de futuro, que eles podem ter um futuro, né? Porque, às vezes, em casa, os pais também não dão essa perspectiva de futuro para os meninos. Então, os meninos, eles precisam saber que eles podem, eles podem estudar, eles podem ter um curso superior, porque a maioria não acredita nem no próprio potencial de formar, entendeu? Então, é papel do professor tentar fazê-los acreditarem neles mesmos, que eu acho que é o que falta. Incentivar, mostrar o potencial de cada um, porque a maioria tem potencial.”

Entrevistador: Muito obrigado, professora, Gabriela.

Professora: “Eu que agradeço. Obrigada.”

5 - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FERNANDES, Sônia Regina Mendes et al. **Educação e dignidade humana: reflexões sobre a prática pedagógica**. Revista EMERJ, v. 23, n. 3, p. 316-339, 2021. Disponível em: <https://www.emerj.tjrj.jus.br/revistaemerj_online/edicoes/revista23/revista23_316.pdf>. Acesso em: 27 maio 2024.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas e outros escritos**. São Paulo: Editora UNESP, 2000. Disponível em: SciELO e PhilPapers. Acesso em: 27 maio 2024.

KOWARICK, Lúcio. **Desigualdades socioespaciais e áreas de vulnerabilidades nas cidades**. Mercator, v. 14, n. 1, p. 1-10, 2018. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/mercator/a/N6Vt5jpPGVCrQjrwNd6dk8p/>>. Acesso em: 27 maio 2024.

REY Abogado. **O que é dignidade: exemplos**. Disponível em: <<https://reyabogado.com/brasil/o-que-e-dignidade-exemplos/>>. Acesso em: 27 maio 2024.

SILVA, José Afonso da. **Curso de Direito Constitucional Positivo**. 39. ed. São Paulo: Malheiros, 2016. p. 121

TOMASEVSKI, Katarina. **The right to education: Report of the Special Rapporteur on the right to education**. Disponível em: <<https://www.ei-ie.org/en/item/16876>>. Acesso em: 27 maio 2024.

UNESCO. **Direito à educação e direitos na educação em perspectiva interdisciplinar**. Disponível em: <<https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000262765>>. Acesso em: 27 maio 2024.

TABELAS COM ALGUNS FILTROS APLICADOS

3º ano – ensino médio	22 alunos
9º ano – ensino fundamenta	27 alunos
TOTAL de alunos (de 13 a 18 anos)	49 alunos

Fonte: dos autores , 2024.

O que vai fazer após se formar na escola			
	3º ano – EM*	9º ano – EF**	TOTAL
Não sabe	01	04	05 (≈ 10,2%)
Faculdade ou curso técnico	16	15	31 (≈ 63,3%)
“Apenas” trabalhar	02	02	04 (≈ 8,2%)
Concurso ou outro	03	06	09 (≈ 18,4%)

Fonte: dos autores , 2024. - Ensino médio **Ensino Fundamental

Como avalia a vida do círculo familiar/afetivo conforme o princípio da dignidade humana	
Pode melhorar: há um meio termo, algumas áreas devem melhorar	27 (≈ 55,1%)
Digna: às pessoas tem acesso a saúde, educação e perseguem seus sonhos e estão satisfeitas	22 (≈ 44,9%)
Indigna: não há forma alguma para a evolução pessoal e os serviços são ruins	0
TOTAL	49

Fonte: dos autores , 2024.

REGISTOS FOTOGRÁFICOS DA PESQUISA REALIZADA





Fonte: dos autores , 2024.

TRILHANDO O CAMINHO DA EDUCAÇÃO FINANCEIRA: rumo ao sucesso financeiro- Luísa Castro Prates Goulart Pinto Corrêa; Gabriella Vitória da Silva Santos; Lívia Teodoro Vince; Letícia Hellen Gomes; Marcelle Eduarda de Andrade Costa; Maria Eduarda Campos Gonzaga; Anderson Arthur Macedo Batista

1 – INTRODUÇÃO

As mudanças econômicas enfrentadas nos anos 2000, acarretaram grande estabilidade na economia brasileira, e trouxeram consigo um exponencial aumento de crédito e, conseqüentemente, de consumo. O resultado não poderia ser outro, uma população endividada devido à falta de conhecimento e domínio sobre a saúde financeira. Atualmente, aproximadamente 70 milhões de brasileiros estão inadimplentes e padecem devido a incompreensão acerca desta temática.

Em vista disso, é evidente que há vários problemas significativos para os cidadãos brasileiros e para a comunidade de forma geral, tais como a quantidade de dívidas ativas e inadimplentes, a dificuldade de atingir os objetivos financeiros, a ausência de reservas emergenciais, a disparidade econômica, entre outros. Entretanto, o que pode ser feito para melhorar a realidade dos brasileiros? Onde podemos começar a nos movimentar para mudar a nossa própria realidade? Será que a estabilidade e saúde financeira são realidades tão distantes como imaginamos? Quanto custam os nossos sonhos? Estas e outras muitas perguntas serão discutidas durante a análise e estudo deste trabalho.

Marcelo Maciel, engenheiro elétrico e educador financeiro, possui a obra Educação Financeira para Adolescentes - Vida Durante O Ensino Médio, que aborda temas como as oportunidades de emprego a quem tem apenas o ensino médio e a necessidade de se dominar, mesmo que minimamente, a vida financeira. Trata de assuntos como o ciclo natural da vida de um adolescente e como alguns pequenos ajustes podem contribuir para um futuro mais tranquilo e equilibrado. Marcelo disserta em sua obra sobre tipos de investimentos e como podemos aplicar estas estratégias no nosso cotidiano e, principalmente, atribuir estes conhecimentos aos jovens que estão iniciando sua vida profissional. Abrange diversas realidades e apresenta as maneiras de encaixar a educação

financeira em cada uma delas. E este é justamente o alvo deste projeto, trazer conceitos e conhecimentos que parecem tão distantes e inseri-los na realidade de cada um dos alunos que participarem das didáticas, desmistificando a lógica e segurança financeira na vida adulta. No que se refere a educação financeira dos jovens, ainda é um tabu que envolve as limitações da compreensão dos jovens em relação a finanças. Contudo, é crucial explicar esse conceito e falar sobre dinheiro com os jovens.

Ao inserir a educação financeira na formação dos estudantes o nosso projeto irá contribuir para o desenvolvimento da cultura de planejamento, prevenção, poupança, investimento e consumo consciente. Além disso, criando uma relação saudável com o dinheiro desde cedo irão conseguir administrá-lo com mais sabedoria, sabendo preservar o controle dos gastos e conseqüentemente, poupar o seu próprio dinheiro. O objetivo deste projeto é orientar os jovens e adolescentes sobre a importância de se ter uma relação saudável com o dinheiro, para que possam tomar decisões cada vez mais conscientes e assertivas ao longo de suas vidas, e por conseguinte gerar liberdade e tranquilidade para os futuros adultos que se tornarão. A adolescência é um período marcado por emoções intensas e muitas inseguranças, conseqüentemente estão todos ainda mais suscetíveis a desenvolver transtornos e vícios devido à falta de autocontrole causada pela instabilidade e vulnerabilidade emocional.

- Promover discussões e atividades que estimulem a reflexão ante às tentações e impulsos e as suas repercussões futuras.
- Impulsionar os objetivos e sonhos através da educação financeira.
- Verificar as principais abordagens e os efeitos gerados nos participantes.

Portanto, através deste projeto, ensinamos instruir e inspirar os alunos a se responsabilizarem ativamente por sua saúde financeira, tornar os jovens mais conscientes e preparados a lidarem com os seus objetivos e os obstáculos que enfrentarão. E por consequência, influenciar uma geração à redução do endividamento e inadimplência, ao hábito de poupar e investir o dinheiro e concomitantemente criar maior envolvimento familiar na educação financeira e enraizar a cultura da educação financeira nas escolas participantes.

2 – DESENVOLVIMENTO

A educação financeira é um aprendizado de como temos que encarar as finanças, e por meio dela conseguimos compreender e lidar melhor com o dinheiro que recebemos. Assim desenvolvendo habilidades e formas melhores de administrar e gastar aquilo que ganhamos, planejando sempre e tendo uma vista do futuro.

A Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico proporciona uma designação mais estruturada de educação financeira, segundo a organização a educação financeira é:

“O processo mediante o qual os indivíduos e as sociedades melhoram a sua compreensão em relação aos conceitos e produtos financeiros, de maneira que, com informação, formação e orientação, possam desenvolver os valores e as competências necessários para se tornarem mais conscientes das oportunidades e riscos neles envolvidos e, então, poderem fazer escolhas bem-informadas, saber onde procurar ajuda e adotar outras ações que melhorem o seu bem-estar. Assim, podem contribuir de modo mais consistente para a formação de indivíduos e sociedades responsáveis, comprometidos com o futuro”.

Ademais, o processo da educação financeira importa de quanto dinheiro possuímos, quais nossas obrigações e inevitabilidades, nossos desejos e sonhos. Depois finalmente, conseguimos captar qual a melhor forma de designar o nosso dinheiro disponível.

A educação financeira traz vários benefícios sociais que a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico incentiva a admissão de políticas nacionais sobre o tema. Ela é visualizada como algo importante para amparar a estabilidade econômico-financeira e o desenvolvimento social abarcante. Isto foi admitido inclusive por fóruns globais e regionais, como por exemplo o G20.

Por isso, o acesso à educação financeira nas escolas principalmente durante o ensino médio é de extrema importância, pois propicia uma forma de enxergar as despesas do dia a dia, ajudando os adolescentes a traçarem projeções mais reais e sustentáveis para o futuro, ainda mais que iram entrar agora no mercado de trabalho. Tendo em vista o que os “espera”, poderão ter uma visão melhor do que fazer desde cedo.

A planejadora financeira da Planejar e sócia da HCI Invest, Nayra Sombra, estabelece que ter este aprendizado desde cedo é a oportunidade de formar adultos mais capazes para diferentes tipos de cenários econômicos.

“É na infância a melhor fase para o aprendizado, nesta etapa somos fortemente influenciados pelo meio em que convivemos e interagimos. E é neste ambiente que as escolas e os pais podem estimular as crianças para o desenvolvimento com as finanças. Aprender como lidar com o dinheiro desde pequeno tende a trazer enormes benefícios para uma vida adulta”, indica”

Conforme mencionado, situações como endividamento podem diminuir se a educação financeira for aplicada desde cedo. Possibilitando que os jovens entendam a necessidade da independência, da autorresponsabilidade e da consciência financeira.

Desse modo, assimilar o dinheiro e sua dinâmica, pode auxiliar os estudantes a delinear planos de curto, médio e longo prazo. E isso apoiará os adolescentes a entenderem como suas ações podem afetar positiva e negativamente o futuro. Visto isso, a educação financeira pode proporcionar responsabilidade e discernimento sobre prioridades e coisas dispensáveis.

Em primeiro lugar, para que os jovens assimilem a educação financeira e sua relevância, o paradigma dos familiares é de extrema importância. Desse modo, é essencial que a temática seja constante na vida dos jovens desde cedo.

Para isso, é categórico que o jovem saiba o que é o salário e seu significado e um ponto conveniente de ensinar a significância do dinheiro para os jovens, é através da mesada, seja ela mensal ou semanal. Conceder uma mesada para o jovem e ensinar que é importante guardar sempre um pouco do se recebe para momentos futuros, realizações de sonhos ou até mesmo imprevistos financeiros.

A sócia da HCI Invest afirma a magnitude do aprendizado sobre dinheiro ter início antes do “contato direto” com dinheiro. “Assim poderemos colocar em prática todos os ensinamentos que reunimos ao longo dos anos de estudo”, aponta.

“Indicamos brincadeiras e jogos que tenham de algum modo dinheiro envolvido. Um exemplo são os jogos de tabuleiros, como os famosos Banco Imobiliário e Jogo da Vida. Para crianças menores, brincadeiras simples como fazer compras.

A inserção da educação financeira no currículo escolar faz parte da criação de que, quanto mais cedo um indivíduo aprender sobre finanças, maior será a chance de legitimar hábitos conscientes sobre o consumo e traçar um planejamento de vida. A longo prazo, essa estratégia permitirá que as próximas formações tenham maior sucesso financeiro e pessoal, consequentemente chocando positivamente a economia social, com a prática dos alunos sobre o tema.

3 – METODOLOGIA

Abordagem da pesquisa e coleta de dados

Em virtude do tema, a metodologia de pesquisa empregada neste trabalho tem abordagem quantitativa, a pesquisa quantitativa é comumente utilizada na coleta de grandes quantidades de dados, extraídos de muitas pessoas. Então ela foi uma boa opção para o nosso trabalho quando buscávamos trabalhar com pesquisa para estudar a tendência em um grande grupo.

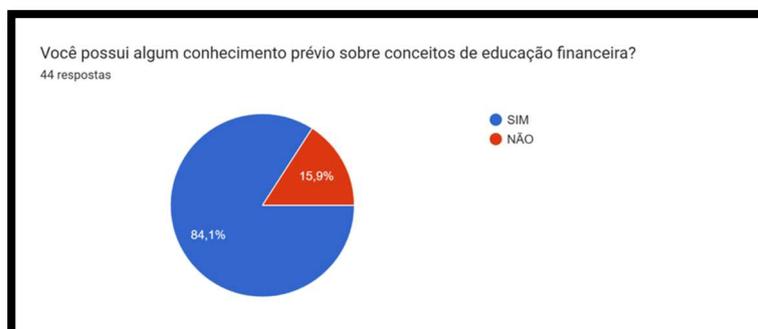
4 -ANÁLISE

O proposto pelo nosso grupo foi buscar adolescentes do ensino médio que estão regularmente na escola para que fizemos uma palestra acerca do tema e eles respondessem o formulário criado por nós para que tivessem uma boa base de dados para nosso trabalho.

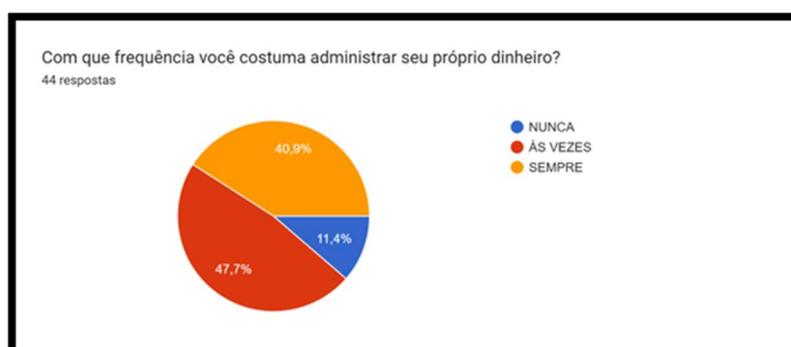
Para a realização da pesquisa, obtivemos quarenta e quatro respostas ao formulário. Dentre esses, temos idades entre 17 e 18 anos, são estudantes do Ensino Médio, todos residentes em Vespasiano, no Estado do Minas Gerais, todos estudantes de escola pública localizadas em um bairro de classe média-baixa. A forma de escolha das turmas foi específica, pois escolhemos turmas que já estão saindo da escola e irão se tornar adultos e ingressar no mercado de trabalho se tornando jovens-adultos, sendo assim todos os alunos eram do 3º ano do Ensino Médio.

Em primeiro lugar, fizemos uma palestra abordando alguns tópicos explicando o que era a educação financeira e como ela influencia tudo em nossa vida, falamos sobre orçamento como criá-lo e mantê-lo mensalmente para gerenciar despesas e receitas, discutimos também sobre estratégias para economizar dinheiro regularmente e estabelecer metas de poupança alcançáveis e por último falamos sobre desenvolver um plano financeiro pessoal para atingir objetivos de curto, médio e longo prazo, como pagar a faculdade, viajar ou comprar uma casa.

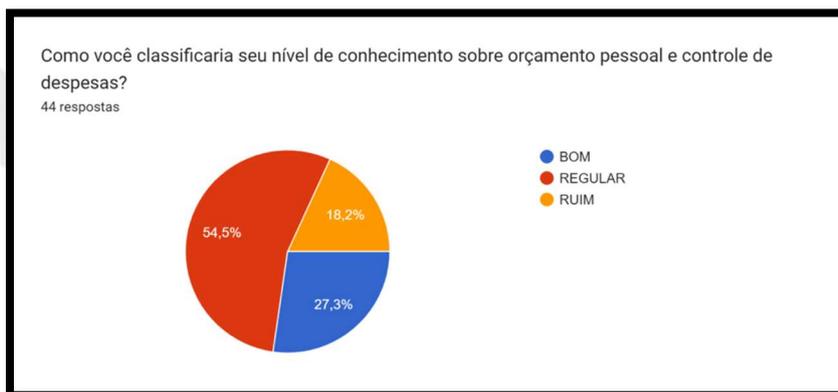
Em segundo momento, foi feita uma dinâmica com os alunos onde apresentamos simulações familiares e situações surpresas, onde tivemos alguns voluntários e dividimos em duplas para sabermos o que fariam em cada situação, a ideia aqui foi que os alunos sintam a necessidade de fazer um planejamento financeiro para solucionar a situação ocorrida. Essa atividade foi preparada com situações que são bem prováveis de ocorrer com famílias de classe média/baixa, além de se tratar de situações que precisam de tomada de decisões conscientes e maduras. Após tudo pedimos que eles respondessem nosso formulário e obtivemos as seguintes respostas.



Fonte: dos autores, 2024.



Fonte: dos autores, 2024.



Fonte: dos autores, 2024.



Fonte: dos autores, 2024.

Com todos estes dados é visto que a matéria de Matemática se apresenta como de primordial importância para a vida futura e tem relação direta com o que pode impactar na vida dos entrevistados.

Logo, é de extrema importância que a educação financeira seja aplicada desde cedo, com o objetivo é formar cidadãos mais conscientes. Eles estão na formação final do ensino médio, que é o último passo antes do ingresso no mercado de trabalho e na faculdade e não saber ter controle financeiro pode ser preocupante. A ausência de planejamento futuro e não saber o que fazer é alta nas respostas, a maioria não tem nenhum tipo de renda própria e uma pequena parcela ganha mesada ou já trabalham, e os que tem alguma renda responderam que seus gastos são todos voltados apenas a coisas materiais que eles querem e nenhuma poupança para o futuro. A escola deveria atuar na educação relacionada ao financeiro, visto que a partir do momento em que se inicia no mercado de trabalho, devemos ter noção até sobre o que é descontado em uma folha de pagamento. As respostas dadas pelos alunos foram relevantes, considerando a juridicidade da educação financeira na formação destes jovens-adultos. Resultado disso também é que o jovem adquira a capacidade de

gerenciar seus recursos financeiros de forma que lhe traga mais benefícios, planejando seu futuro de forma adequada.

5 – CONCLUSÃO

A educação financeira, especialmente quando introduzida desde cedo nas escolas, desempenha um papel fundamental na formação de cidadãos financeiramente conscientes e preparados para os desafios econômicos. O cenário econômico do Brasil, marcado por um grande número de inadimplentes, evidencia a necessidade urgente de capacitar a população jovem a lidar com finanças de maneira responsável.

O projeto apresentado, fundamentado na obra de Marcelo Maciel e nas diretrizes de especialistas como Nayra Sombra, destaca a importância de ensinar aos jovens conceitos cruciais de planejamento, poupança, investimento e consumo consciente. Este aprendizado não apenas os ajuda a evitar endividamento, mas também promove e estimula a independência financeira e a autorresponsabilidade. Iniciativas práticas, como a concessão de mesadas e a utilização de jogos educativos, são estratégias eficazes para internalizar esses conceitos desde a infância. Essas atividades preparam os jovens para tomar decisões financeiras informadas e responsáveis, proporcionando-lhes uma base sólida para um futuro financeiramente estável. Essa inclusão no currículo escolar não apenas beneficia os indivíduos, mas também tem um impacto positivo na economia social, ao formar gerações mais preparadas e conscientes financeiramente, espera-se uma redução significativa no endividamento e uma maior estabilidade econômica.

Portanto, promovendo a educação financeira entre os jovens, estamos investindo em um futuro mais próspero e equilibrado, onde a gestão financeira consciente se torna um hábito enraizado, beneficiando não apenas os indivíduos, mas a sociedade como um todo.

6 - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Mapa de inadimplência e renegociação de dívidas no Brasil da Serasa.
Por que inserir a educação financeira no currículo do Ensino Médio - Meu Bolso em Dia.

Problemas da falta de educação financeira: Como ter estabilidade?
(resolvvi.com)

Ensino de educação financeira não se restringe a matemática
(institutoclaro.org.br)

Educação Financeira na Ponta do Lápis
(<http://www.gazetadopovo.com.br/ensino/conteudo.phtml?id=898640>)

Resolução de Problemas na Matemática Financeira para Tratamento de Questões da Educação Financeira no Ensino Médio
(<https://www.scielo.br/j/bolema/a/MsS3NCrHV3QF7TT4SwGn4Mn/?lang=pt>)

Paradigmas da educação financeira no Brasil
(<https://www.scielo.br/j/rap/a/XhqxBt4Cr9FLctVvzh8gLPb/>)

Qual a importância da educação financeira nas escolas?
(<https://jornadaedu.com.br/praticas-pedagogicas/educacao-financeira-nas-escolas-o-que-e-e-como-fazer/>)

ANEXOS



Fonte: dos autores ,2024.

PROJETO DESIGUALDADE SOCIAL E A EDUCAÇÃO FINANCEIRA NAS ESCOLAS - Ianna Vitoria Santos Silva; Amanda Vieira Souza; Ana Luiza Souza Dias; Inara Casio dos Santos

1. INTRODUÇÃO

O projeto se inicia com a iniciativa de conscientizar jovens estudantes a respeito da educação financeira e como ela pode impactar diretamente na desigualdade social no mundo, para comparar como esses jovens entendem a respeito do assunto selecionaremos duas escolas, uma localizada na região de Ribeirão Das Neves, Escola estadual José Soares Diniz e Silva, e a outra escola localiza na região metropolitana de Belo Horizonte, Escola Estadual Ari da Franca, para que de forma possamos observar o impacto que a educação pode causar tanto no pensamentos dos jovens quanto em suas ideias econômicas, além de observar se o pensamento dos alunos por serem de regiões diferentes seria o mesmo ou mudaria de uma forma impactante. Com o agravamento da desigualdade social no mundo, surge a necessidade de discutir e proporcionar projetos que conscientizem os jovens a respeito da importância de se organizarem financeiramente. Impulsionar os alunos a se conhecerem e escolherem seus próximos passos para o futuro, como por exemplo, suas escolhas para a faculdade, profissões que pretendem seguir, e principalmente valorizar a família e os estudos. Em primeiro lugar, é fundamental ressaltar que atualmente a escola das redes pública e estaduais implantaram uma matéria para seus estudantes do ensino médios, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e o Plano nacional de educação (PNE), **o projeto de vida passou a ser um componente curricular obrigatório no Novo Ensino Médio.**

Juntamente a matéria já implementada para os alunos, podemos observar a importância de se ter uma aula específica para que eles criem uma noção de vida e de como se comportarem após a sua formatura, a dinâmica a eles proposta possui exatamente esse intuito, conscientizar e ensinar aos alunos um pouco mais sobre a vida à após a escola e sobre sua futura formação de família

2. DESENVOLVIMENTO

O livro Educação financeira: um guia de valor, Januária Cristina Alves, Flávia Aidar. Para que serve o dinheiro? Qual é a sua importância em nossa vida? O que o modo como lidamos com ele tem a ver com as escolhas que fazemos? Essas e outras questões norteiam este livro, que pretende ser um guia para que a educação financeira saia da teoria e entre, de verdade, no nosso cotidiano. Como afirma a autora Flávia Aidar, "ser bem-educado e sintonizado com seu tempo é saber fazer boas escolhas em qualquer circunstância". E fazer escolhas conscientes faz parte da formação cidadã de todos nós. Este livro quer ajudar os leitores a se tornarem pessoas cada vez "mais críticas, capazes de promover a riqueza pessoal e coletiva para o bem de cada um e da nossa sociedade". Se dinheiro não traz felicidade, como diz o velho ditado, pode incentivar a reflexão sobre nós mesmos e como nos relacionamos com o mundo em que vivemos." Com esse resumo do livro podemos observar que algumas editoras têm apostado bastante em escritas sobre educação financeira de forma mais lúdica, e simplificada para que esse tema seja introduzido nas escolas na principal fase de aprendizado das crianças e jovens.

Atualmente por falta de ensino a respeito do assunto, a grande maioria dos jovens ao assumir a maioridade acaba se endividando, justamente pela falta de controle a respeito de seu próprio dinheiro, isso ocorre principalmente porque nas escolas ainda não se fala de forma mais objetiva a respeito desses assuntos, um dos nossos principais impostos, o Imposto de Renda (IR), não é conhecido, e muito menos ensinado nas escolas para nossos alunos, grande maioria se forma sem ao menos ter conhecimento de tais impostos, saber para que são utilizados e até mesmo preenche-los. Em uma matéria publicada pelo site ecycle "Desigualdade econômica: causas e consequências", "Geralmente, grupos de pessoas com diferentes níveis de educação ganham salários diferentes". Pois o nível de educação costuma ser proporcional ao nível de habilidade – algo exigido pelo mercado.

Em uma sociedade em que as oportunidades são desiguais, certa classe social poderá ascender com mais facilidade. Assim, tendo acesso à educação e, conseqüentemente, salários maiores. A educação no Brasil não é ofertada de forma igualitária. Um grupo de pesquisadores analisou a infraestrutura das

escolas de Educação Básicas brasileiras e constatou que 44,5% é consideradas elementares (água, sanitário, energia, esgoto e cozinha). Sendo que 40% têm infraestrutura básica e apenas 15,5% têm infraestrutura mais sofisticada.”

3 – METODOLOGIA

A ação consistirá em realizar uma dinâmica com os alunos do ensino médio, que funcionará da seguinte forma; Os alunos participantes receberão uma cartilha com um valor lúdico que representará o salário desse aluno, com esse salário ele terá que dividir entre as despesas que serão propostas na cartilha, como por exemplo, aluguel, contas de água, luz, internet, gasolina, impostos. Dessa forma os alunos aprenderão na prática como organizar suas finanças de acordo com o que ganharem, também ao decorrer da dinâmica aparecerá algumas situações para saber se o aluno se lembrou de reservar algum dinheiro para um provável imprevisto, podendo ele ser, uma chuva forte alagando sua casa, uma cirurgia urgente, ou até mesmo uma batida de carro e também para o lazer, como uma viagem, um passeio no parque, um almoço em um restaurante legal.

4 – ANÁLISE CONCLUSÃO

Olá, a partir de agora entraremos em uma situação onde gostaríamos de ver os seus planejamentos financeiros, seu salário será de R\$ 15.000,00, você terá três filhos, uma casa própria, um carro e uma moto, há não se esqueça das contas, e principalmente das compras do mês, pois elas serão necessárias para você!

VOCÊ PRECISARIA DECLARAR IMPOSTO DE RENDA 20% DO SEU SALÁRIO

Olá, a partir de agora entraremos em uma situação onde gostaríamos de ver os seus planejamentos financeiros, seu salário será de R\$ 1.412,00, você terá dois filhos, e irá morar de aluguel, há não se esqueça das contas, e principalmente das compras do mês, pois elas serão necessárias para você!

VOCÊ NÃO PRECISARIA DECLARAR IMPOSTO DE RENDA

Fonte: dos autores ,2024.

As situações acima foram entregues para os alunos nos mostrarem como organizariam suas finanças, alguns receberam o salário mínimo, e outros,

receberam valores correspondentes a mais salários mínimos. Com essa dinâmica poderemos perceber sobre o que os alunos entendem sobre educação financeira, e como ela impacta na desigualdade social, dessa forma conseguiremos entender que a desigualdade social pode nascer através de quantias de salários diferentes, ou até mesmo pela má administração do dinheiro. Após realizar a dinâmica em duas escolas diferentes percebemos como funciona o pensamento dos alunos em diferentes classes sociais a respeito do futuro e principalmente sobre as finanças de uma casa, ensinamos a eles a consciência de que sustentar uma casa não é tão fácil como imaginamos, e mostramos que mesmo ganhando apenas o necessário conseguimos viver de forma tranquila dentro de todos os limites. Os alunos após lerem os problemas a eles propostos se assustaram por perceber que grande parte da população sobrevive apenas com um salário mínimo e que mesmo com tão pouco dinheiro conseguem se sustentar e pagar as suas contas, alguns alunos por perceber que com tão pouco não conseguiriam sustentar a casa apresentaram o que chamamos de “gato” nos padrões de água e luz, para que assim cobrasse menos em tais contas. Os alunos que receberam um salário melhor conseguiram dividir suas contas e até mesmo aplicar o dinheiro na poupança, aumentar a família e realizar até uma viagem por mês. O objetivo proposto aos alunos foi de suma importância para dar a eles uma pequena noção e orientação para a vida adulta, ambas as escolas conseguiram desenvolver tranquilamente a atividade proposta e apresentarem diferentes tipos de resolução para a problemática, conseguimos observar que nossos jovens a pesar de residirem em diferentes regiões, possuem pensamentos parecidos a respeito do seu futuro e planejamentos para o futuro, concluindo assim, nosso trabalho. Ao todo obtivemos a participação de 78 alunos, sendo 50 alunos na Escola Estadual Ari da Franca e 28 alunos na Escola estadual José Soares Diniz e Silva

ANEXOS



Fonte: dos autores ,2024.



Fonte: dos autores ,2024.

salário	14.000		salário : 1412,00 + 282,00 do vale alimentação	
comparto	3.200		Compra do mês : 600,00	
água	200		Aluguel : 500,00	
luz	350		Luz : 70,00	
comparto	3500	= 14.050	Água : 50,00	
internet	100		internet : 70,00	
filhas	4.000		emergência : 100,00	
carro	4.000		lazer : 100,00	
matr	1.500		gás : 100,00	
IFU	2.700		poupança : 104,00	
reserva	950		total : 1634,00	
			nome : Artur, F., Davane, Izabelax, Marcos, Priscila, Tainá	
				Alux Bruno Santos, Pedro H., Miguel 201
				Aluguel = 600 por mês
				Água = 50 reais por mês Tem Gato
				Luz = 60 reais por mês Tem Gato
				Internet = 100 por mês
				Compra do mês = 500 reais
				Lazer = 100 reais
				Picolé = 12 reais

Fonte: dos autores ,2024.

nome: Larva Bostros, Rebeca, Karque Diogo
201 de R\$ 000 : R\$ - 3.000 de impostos
L → R\$ 12.000
Direção do salário
Internet vive R\$ 120,00 mês
conta de água - carteira R\$ 450,00
conta de luz R\$ 850
supermercado R\$ 3.700
gás R\$ 200,00 → 2 compras por mês
Remédio : R\$ 400,00
saclota R\$ 500,00
escola - O pública
transporte R\$ 1.900 (geral escola)
Lazer com as crianças R\$ 1.500,00
Roupa : R\$ 1000,00
emergência R\$ 700,00
sofia R\$ 200,00

Resolução da Dinâmica

EQUIDADE EM DEBATE: a integração do direito das mulheres com a legislação e a sociedade- Ana Luiza de Campos Barbosa, Júlia de Deus Radicchi, Maria Eduarda Moraes Costa, Pedro Augusto Pena de Melo, Pedro Henrique Martins Santos, Sidineia Alves dos Reis, Yasmin Gabrielle Soutelo Ferreira

1. INTRODUÇÃO

Durante muitos períodos da história, as mulheres foram sistematicamente vitimizadas e subjugadas, frequentemente tratadas como objetos ou inferiores em uma sociedade predominantemente masculina, que historicamente detém o poder de fala e a maior parte dos direitos. Ao longo do tempo, tem havido uma evolução no cenário devido à persistente luta das mulheres por maior representatividade, audição e conquista de direitos anteriormente negligenciados. Embora haja marcos significativos na evolução desse cenário, as mudanças desenrolam de forma gradual e ainda não alcançaram plenamente os objetivos tão desejados pelas mulheres.

Dando enfoque na realidade vivenciada no Brasil, deparamos com algumas tentativas de combater esse mal que assola a população. Um marco significativo nessa jornada é a promulgação da Lei nº 11.340/2006 - Maria da Penha, que aborda a questão da violência contra a mulher, reconhecendo e regulamentando diversas situações, atos e comportamentos. A implementação desta legislação representou um avanço crucial na proteção dos direitos e na promoção da segurança das mulheres. Contudo, apesar dos avanços no campo jurídico, há aspectos muito mais complexos na realidade social. A aplicação de legislações pertinentes não é tão direta quanto seu texto pode sugerir e frequentemente esbarra em obstáculos significativos. Embora a lei facilite a punição do agressor, surge a questão crucial: e a vítima? Será que a mulher que sofreu violência terá a chance de ver seu agressor ser responsabilizado? E será que ela terá seu direito novamente negligenciado?

A partir dessa narrativa, nosso objetivo é fornecer mais informações sobre um tema tão sensível e ainda subestimado, embora frequentemente discutido por muitos. Além disso, pretendemos destacar os pontos cruciais na prevenção dos atos de violência contra as mulheres, como medidas de precaução, e

debater sobre o que ainda precisa ser feito para implementar mudanças que beneficiem as mulheres que não são atendidas pelas normas e medidas adotadas pela sociedade atual.

2. DESENVOLVIMENTO

O problema da violência doméstica é evidente e complexo, com raízes profundas que abrangem questões culturais, sociais e econômicas. Apesar de todos os meios implementados, a insuficiência estatal em lidar de forma efetiva com essa temática persiste como uma âncora que puxa um navio. Segundo Jean Paul Sartre (SARTRE, 2005, pg 1), importante filósofo francês, “a violência, seja ela qual for a maneira que se manifesta, é sempre uma derrota”. Assim sendo, quando uma mulher é vítima de violência, ocorre não apenas um dano individual, mas também um dano coletivo que reverberará incessantemente ao longo da vida daquela vítima.

A partir dos dados fornecidos pelo Jornal Nacional, trinta e cinco mulheres foram agredidas por minuto no Brasil. Sendo que mais de 3 milhões de mulheres sofreram ameaças com faca ou arma de fogo, e quase 8 milhões receberam agressões como chutes e socos no período de 2022. Como o próprio Thomas Hobbes (HOBBS, 2003, pg 1) dizia, “o homem é o lobo do homem”, assim podemos verificar atualmente a extensão aterrorizante da violência doméstica.

Hodiernamente, é visível como tais vítimas estão presentes em cada família. Nota-se que as mesmas mulheres que se comprometem a cuidar da casa, sair para trabalhar, cuidar dos filhos, zelar pelo relacionamento conjugal, são as mesmas que sofrem diariamente algum tipo de abuso. Independentemente de classe social, às vítimas são constantemente agredidas, pelo fato de ser mulher. E, portanto, não se deve confundir vulnerabilidade com fragilidade.

Dessa forma, é evidente a necessidade de conter essa corrente de ocorrências contra a mulher. Ademais, mesmo com o posicionamento do Estado Democrático Brasileiro no surgimento de uma norma "protetora" que é a Lei nº 11.340/2006 - Maria da Penha, ainda é visível a negligência estatal, pois o direito tutelado continua a ser violado. É importante mais políticas públicas, educação

de qualidade para a desconstrução de uma visão milenar machista, e acolhimento às vítimas vulneráveis por parte do Estado.

Portanto, é evidente que, apesar do contínuo progresso humano e jurídico, a integridade física e psicológica das mulheres continua sendo gravemente violada.

Contudo, é de suma importância que haja uma colaboração efetiva entre o governo, a sociedade civil, as instituições de ensino e os setores público e privado para criar uma rede de apoio abrangente e holística. Somente com um esforço conjunto e um compromisso renovado de enfrentar a violência doméstica em todas as suas formas é que poderemos aspirar a um futuro em que todos possam viver livres do medo e da opressão dentro de seus próprios lares.

3. METODOLOGIA

Com o intuito de demonstrar tudo que foi abordado anteriormente buscamos informações que comprovassem a realidade vivenciada por muitas mulheres que se veem ainda desamparadas por políticas que trabalhem em prol da sua segurança.

Dessa forma, foi feito uma entrevista(podcast) com uma delegada especialista em violência doméstica, no qual ela nos trouxe situações reveladoras, que muitas mulheres passam no seu dia a dia, comprovando assim a necessidade da ação do Estado em relação a esse tema tão sensível e importante, que precisa ser muito discutido ainda em nossa sociedade, também fomos mais além e entrevistamos uma advogada criminalista, que nos contou um pouco mais sobre as medidas que hoje estão presentes em nosso ordenamento, dando um enfoque na Lei Maria da Pena.

4 ANÁLISE e CONCLUSÃO

Durante a fase de execução da entrevista(podcast), o nosso objetivo era extrair o máximo de informações úteis e relevantes sobre a problemática da violência doméstica. Obtivemos assim, um resultado curioso para o público ouvinte e de satisfatório conhecimento para a nossa equipe. Ambas às partes,

tanto da advogada criminalista, quanto da delegada, enfatizaram a relevância do tema e da situação decorrente.

De primícias a criminalista aborda sobre a conceituação e recente atualização da norma da Lei 11.340/06 , Lei Maria da Penha, enfatizando o seu contexto histórico. Em seguida, relata sobre o caráter preventivo da norma, divergindo da visão punitiva. Ademais, a mesma discorre explicando sobre os aspectos formais e técnico que definem a Lei Maria da Penha como uma ação pública incondicionada, deixando claro para todos que o Estado deverá agir independente da vontade da vítima. Ademais, a advogada aprofunda na temática nos explicando das dificuldades das políticas públicas para combater tal problema, fala sobre a medida protetiva, reforçando a importância e eficiência órgãos setoriais para proteger às vítimas e inibir a reincidência dos casos. Por fim, a Dra critica a visão turva da mídia que foca apenas nos casos de maior repercussão e carência econômica da sociedade, a mesma abre a visão do público e explica que essa problemática vai além, ocorrendo rotineiramente na vida de milhares e milhares de mulheres em todo território brasileiro. Concluindo a entrevista com a Dra, a mesma dita sobre o apoio psicossocial que deve ser prestado às vítimas, as crianças envolvidas no entorno, e dos requisitos de adequados da guarda.

Já na entrevista com a delegada, a mesma enriquece o tema, citando inicialmente sobre os preceitos externos da violência ocorridos em um crime de violência doméstica, trazendo a realidade que o pretexto do crime carrega, sendo mais do que o fato ilícito em si, mas uma série vasta de violência na trajetória da aquela vítima. Ademais, ela reforça que a terminologia adequada e utilizada corriqueiramente, é “mulher em situação de violência doméstica”. A delegada nos explica sobre a necessidade de reconstruir o ambiente, o direito e a reinserção da vida de uma mulher que foi vítima de violência doméstica. Para tal, a delegada exclama a necessidade da capacitação técnica dos agentes para cumprir esta missão de proteção com êxito. Em seguida, é relatado pela agente dois casos que marcaram a sua carreira e trajetória profissional, a mesma discorre detalhadamente os casos e enfatiza da dificuldade de pressões sociais e imorais que interferem no “psiquê” das mulheres. Ela versa a importância de se desconstruir conceitos imorais e sociais que assolam as mentes das vítimas e do povo, de forma subjetiva até mesmo do próprio judiciário. Por fim, a delegada

reforça detalhes do que acontece no processo até da denúncia, inquérito, onde solicitar e de medidas protetivas para as vítimas.

A violência doméstica contra mulheres é um problema profundamente enraizado em questões culturais, sociais e econômicas, exigindo mais do que simples medidas legais para sua erradicação. A Lei Maria da Penha, embora um marco importante, não tem sido suficiente para conter a maré de violência devido à insuficiência na sua implementação e à persistente negligência estatal. Além disso, a falta de recursos e de capacitação adequada para os profissionais envolvidos no atendimento às vítimas agrava ainda mais a situação, impedindo a criação de um ambiente seguro e de suporte efetivo para as mulheres afetadas.

Diante disso, além do uso de dados alarmantes que revelam a gravidade da situação, com milhares de mulheres sofrendo agressões diariamente, este trabalho busca conectar-se com duas mulheres que vivenciam e apresentam opiniões fundamentadas nessa problemática. Ao trazer suas perspectivas, não apenas oferecemos uma visão contemplativa sobre os fatos abordados, mas também damos voz àquelas que estão inseridas nessa realidade como mulheres no meio do direito e lutam por uma mudança concreta.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidente da República, [2016]. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em 13 abr. 2024

BRASIL. Lei Maria da Penha: LEI Nº 11.340, DE 7 DE AGOSTO DE 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato20042006/2006/lei/11340.htm> Acesso em 13 abr 2024

Trinta e cinco mulheres foram agredidas por minuto no Brasil em 2022, revela estudo. Disponível em: <<https://g1.globo.com/google/amp/jornal-nacional/noticia/2023/03/02/trinta-e-cinco-mulheres-foram-agredidas-por-minuto-nobrasil-em-2022-revela-estudo.ghtml>>.

ANEXOS



Posters fixados no mural da delegacia



Imagem da entrada da delegacia

Perguntas feitas para a advogada (Parte 1):

1- Com base na sua atuação e dos seus colegas, quais são os principais desafios que a polícia enfrenta ao lidar com esses casos?

2- Sabemos que em muitos casos as vítimas solicitam a medida protetiva para sua segurança, por que em muitos casos ela é ineficaz?

Além desta, a vítima tem algum outro tipo de assistência para sua proteção?

3- Levando em consideração toda sua carreira e atuação em casos de violência doméstica, qual o principal motivo para as vítimas não quererem denunciar o agressor?

4- Observando todo o cenário do nosso país, foi comprovado que o índice de criminalidade é consideravelmente maior em regiões periféricas, no que se refere a violência contra a mulher, você acredita que isso também pode estar relacionado? Você acredita que a classe social é um fator relevante?

Ou seja, o índice de violência varia de acordo com a classe social?

5- Em situações mais complexas, onde o é resultado morte e há filhos envolvidos, como é conduzido o caso, e como isso impacta a vida dos descendentes?

Perguntas feitas para a delegada (Parte 2):

1- Como funciona a Lei Maria da Penha? Quais são os direitos e amparos que ela garante às mulheres vítimas de violência doméstica?

2- Quais são os impactos de longo prazo da violência contra as mulheres em sua vida pessoal, profissional e social?

3- Qual caso mais te chocou? E como foi o andamento do caso, o agressor foi penalizado?

4- Pela experiência da senhora, quais medidas devem ser adotadas no Brasil, para diminuir o número de casos de violência contra mulher?

5- O que a vítima de violência deve fazer para registrar o caso às autoridades?

LINKS

Link da entrevista - Plataforma SPOTIFY

<https://open.spotify.com/episode/2BqmtLnv12GDsvAbxvZnPR?si=7c32a76a561d4633>

Link da entrevista - Plataforma YOUTUBE

<https://youtu.be/PCTNztRJYWE?si=RNJmgRtod9jyY6Wu>

PROJETO DE RESSOCIALIZAÇÃO DO PRESO: restaurando vidas além das grades - Guilherme Antônio Fernandes Chaves; Anne Vitoria Santos de Oliveira; Carlos Nickolas de Souza Fonsenca Possidonio; Nathalia Carvalho Barcellos do Vale; Ana Luiza Lima da Silva; Maria Gabriela Lopes Corrêa; Taynara Botelho Zacarias.

1- INTRODUÇÃO

O sistema carcerário enfrenta um desafio complexo que se trata da ressocialização do preso. Este desafio transcende a mera privação de liberdade e envolve a reintegração do indivíduo à sociedade de forma digna e produtiva.

Dessa forma, elaboramos esse projeto com a finalidade de promover a ressocialização do preso, proporcionando-lhe as ferramentas necessárias para sua reintegração social de forma digna e produtiva, reduzindo as taxas de reincidência criminal e contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa e segura.

Diante das condições carcerárias, muitas vezes precárias, surge a necessidade premente de um projeto que vislumbre a ressocialização como um processo holístico e eficaz.

As condições carcerárias frequentemente degradantes, aliadas à falta de acesso à educação, trabalho e saúde, criam um ciclo de reincidência criminal que perpetua o problema da criminalidade e da superlotação nos presídios. A ausência de políticas efetivas de ressocialização resulta em indivíduos despreparados para reintegrar-se à sociedade após o cumprimento da pena, aumentando as taxas de criminalidade e comprometendo a segurança pública.

Dessa forma, elaboramos esse projeto com a finalidade de promover a ressocialização do preso, proporcionando-lhe as ferramentas necessárias para sua reintegração social de forma digna e produtiva, reduzindo as taxas de reincidência criminal e contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa e segura. Por meio do presente projeto, almejamos não apenas oferecer uma alternativa ao ciclo vicioso do sistema carcerário, mas também restaurar a dignidade e a esperança dos indivíduos que cumprem pena, transformando-os em agentes de mudança positiva em suas comunidades. A ressocialização do

preso não é apenas uma questão de justiça social, mas um imperativo moral e humano que deve ser abraçado por toda a sociedade.

- Implementar programas de educação dentro das unidades prisionais semelhantes a Associação de Proteção e Assistência aos Condenados (APAC), que adota um método baseado na corresponsabilidade dos detentos pela sua recuperação e na assistência espiritual, médica, psicológica e jurídica, prestada pelas comunidades onde se situam. Visando, assim, à formação acadêmica e profissional dos detentos, capacitando-os para o mercado de trabalho após o cumprimento da pena.

- Estabelecer parcerias com empresas e instituições públicas para oferecer oportunidades de trabalho aos presos durante e após o período de encarceramento, promovendo sua inserção no mercado de trabalho e reduzindo as barreiras à reintegração social.

- Criar programas de assistência psicossocial e acompanhamento pós-liberdade, visando à reinserção gradual do ex-detento na sociedade, fornecendo apoio emocional, orientação profissional e suporte para a reconstrução de vínculos familiares e comunitários.

2 DESENVOLVIMENTO

Segundo (CARVALHO,2020), é considerado a base para a construção de uma sociedade justa e igualitária, o princípio da dignidade da pessoa humana, que é um dos fundamentos mais essenciais e universais dos direitos humanos, permeando diversas áreas do direito e das relações sociais. Este princípio reconhece o valor intrínseco e inalienável de cada ser humano, independentemente de sua origem, status social, crenças e etc. Além disso, também significa garantir condições mínimas de vida, como acesso à saúde, à educação, à moradia e ao trabalho digno, não se limitando apenas à esfera individual, mas também se estendendo às relações coletivas e à construção de uma sociedade mais justa e solidária (LEITE; ALBUQUERQUE,2013).

Orientar o poder judiciário na proteção dos direitos individuais e coletivos, garantindo que as decisões judiciais estejam em consonância com os valores humanitários, desempenhando um papel central na interpretação e aplicação das leis e servindo como parâmetro para a criação e implementação de políticas

públicas que visem a promoção dos direitos fundamentais e a garantia da igualdade perante a lei, também faz parte da definição do princípio da dignidade da pessoa humana, como nos apresenta (GOMES; ZACKESKI, 2016) em sua pesquisa.

Na perspectiva de (GASPARIN; FURTADO, 2014), a superpopulação carcerária, sem dúvidas, é uma das principais dificuldades enfrentadas pelo sistema prisional brasileiro, somando a uma série de desafios e problemas que afetam tanto os detentos quanto a sociedade como um todo. A falta de investimentos em infraestrutura e programas de ressocialização efetivos, contribuem para a precariedade das condições de vida dentro das prisões, com celas superlotadas, falta de higiene e problemas de saúde.

A escassez de políticas públicas efetivas de ressocialização, a falta de oportunidades de trabalho e estudo para os detentos após o cumprimento da pena dificulta ainda mais o processo de ressocialização e é um aspecto fundamental a ser abordado (LEITE; ALBUQUERQUE, 2013).

Condições como essas mencionadas, contribuem para os elevados índices de reincidência criminal no Brasil e evidencia a necessidade de investir em mudanças estruturais e políticas públicas que visem à humanização do sistema prisional, à valorização da ressocialização e à redução da reincidência. A ausência de suporte adequado durante e após o cumprimento da pena leva muitos apenados a retornarem ao crime, agravando o problema da criminalidade no país (NOBRE; PEIXOTO, 2015). A implementação de programas de ressocialização mais abrangentes e a criação de parcerias com empresas e instituições da sociedade civil são algumas das medidas que podem ser adotadas para enfrentar esses desafios.

Contudo, referenciamos a APAC, que diante de toda a precariedade no nosso sistema carcerário brasileiro, atua justamente com a finalidade de promover melhores condições de cumprimento de pena, mas, sem perder seu caráter punitivo.

O trabalho da APAC dispõe de um método de valorização humana, vinculada à evangelização, para oferecer ao condenado condições de recuperar-se, busca também, em uma perspectiva mais ampla, a proteção da sociedade, a promoção da justiça e o socorro às vítimas, além disso, a APAC procura manter

os presos conectados com suas famílias e com o mundo exterior, reconhecendo a importância dos laços sociais e familiares na reabilitação.

A principal diferença entre a APAC e o sistema carcerário comum é que, na APAC, os presos são corresponsáveis pela recuperação deles, além de receberem assistência espiritual, médica, psicológica e jurídica prestadas pela comunidade. A segurança e a disciplina são feitas com a colaboração dos recuperandos, tendo como suporte funcionários, voluntários e diretores das entidades, sem a presença de policiais e agentes penitenciários.

Além de frequentarem cursos supletivos e profissionais, eles possuem atividades variadas, evitando a ociosidade. A metodologia APAC fundamenta-se no estabelecimento de uma disciplina rígida, caracterizada por respeito, ordem, trabalho e o envolvimento da família do sentenciado. A valorização do ser humano e da sua capacidade de recuperação é também uma diferença no método APAC.

Outro aspecto fundamental é a promoção de oportunidades de educação, trabalho e desenvolvimento pessoal para que os presos tenham acesso a programas educacionais e de capacitação profissional, ajudando-os a adquirir habilidades e conhecimentos que podem ser úteis após sua liberação. Essas oportunidades não apenas contribuem para a reintegração dos presos à sociedade, mas também reforçam sua autoestima e senso de dignidade.

Além disso, a APAC adota uma abordagem restaurativa para lidar com conflitos e promover a reconciliação entre presos e vítimas, isso não apenas ajuda a reparar o dano causado pelo crime, mas também fortalece a dignidade tanto dos presos quanto das vítimas, reconhecendo sua humanidade e sua capacidade de transformação.

A APAC se destaca por seu compromisso inabalável com a dignidade do preso, ao reconhecer cada indivíduo e oferecer oportunidades significativas de crescimento e redenção, demonstra que a dignidade não é um privilégio reservado apenas para alguns, mas sim um direito inalienável de todos os seres humanos. Um dos aspectos mais evidentes desse compromisso é o respeito à individualidade dos presos, que são autorizados a usar suas próprias roupas em vez de uniformes padronizados, o que contribui para preservar sua identidade e autonomia.

A capacidade de disciplina e de convívio harmônico com os demais presos é o principal requisito para que o detento seja transferido para uma APAC, ou seja, a gravidade do crime cometido ou o tempo de pena a cumprir não são impeditivos. A transferência deve ser solicitada pelo advogado ou pelo defensor público, e o juiz responsável pela execução da pena avalia se o interessado preenche os requisitos para ingresso no modelo alternativo.

3 – METODOLOGIA

Após a decisão do tema do trabalho, foram realizadas pesquisas, com o intuito de entender o sistema carcerário, para assim entender a falha na ressocialização dos presos. Uma vez que os indivíduos, por falta de assistência, tornam-se despreparados para reintegrar-se à sociedade após o cumprimento da pena.

4 – ANÁLISE E CONCLUSÃO

O trabalho evidenciou a necessidade de realizar uma visita aos presídios e a APAC, com o objetivo de conversar com o diretor, para entender o funcionamento e os métodos utilizados, evidenciando as diferenças entre o presídio comum e a APAC. Instituição que através de pesquisas realizadas, evidenciamos que oferece um tratamento considerado digno, que adota um método baseado na corresponsabilidade dos detentos (chamados recuperando) pela sua recuperação e na assistência espiritual, médica, psicológica e jurídica, prestada pelas comunidades onde se situam. Com isso, iniciamos o planejamento de analisar na prática a diferença dos métodos utilizados na APAC e buscar entender o porquê os presídios, ainda não adotaram essas medidas.

Assim, entramos em contato com a secretaria da APAC de Santa Luzia e do presídio localizado na cidade de Vespasiano, por meio de um e-mail, informando a nossa finalidade em visitar as unidades e anexando a carta de apresentação, fornecida pela faculdade.

Após a confirmação da visita, o grupo iniciou o novamente o estudo sobre a ressocialização, com o foco na diferença entre o presídio e a APAC, para que as perguntas sejam realizadas evidenciando os benefícios e dificuldades

encontrados em cada unidade. A realização da visita, consiste em conhecer os métodos utilizados nas unidades, para comprovar a eficácia apresentada nas pesquisas sobre a APAC. Visita seguida do diálogo com o diretor das unidades, será essencial para o entender o sistema carcerário e o que ocasiona a dificuldade na ressocialização do preso. Para além da teoria, ter a vivência de cada método e assim identificar o que melhorar, para que se torne mais efetiva a reintegração social. E assim, seja cumprido o objetivo de fazer com que a ressocialização ocorra de forma digna.

A ressocialização do preso é um processo complexo que visa preparar os detentos para a reintegração na sociedade após o cumprimento de suas penas e podem ser apontados diversos aspectos relevantes nesse contexto.

Os programas educacionais dentro das prisões têm mostrado impactos positivos na ressocialização dos detentos que participam desses cursos, como alfabetização, ensino fundamental e médio, além de terem maior probabilidade de encontrar emprego após a liberação, mas falta a de recursos e a superlotação das prisões dificultam a implementação eficaz desses programas.

Os detentos que recebem apoio psicológico e têm acesso a serviços de saúde mental têm melhor adaptação após a liberação, mas a estigmatização da saúde mental ainda é um desafio, além disso, a falta de profissionais qualificados nas prisões dificulta a oferta de tratamento adequado.

A exploração do trabalho prisional por empresas privadas é uma preocupação garantir que os detentos sejam justamente remunerados e que adquiram habilidades transferíveis é essencial os detentos envolvidos em atividades laborais dentro das prisões têm maior probabilidade de se reintegrar à sociedade.

Diante disso chegamos ao resultado que a ressocialização de presos requer uma abordagem multifacetada, envolvendo educação, trabalho, apoio psicossocial e mudanças na percepção pública e investimento nessas áreas é fundamental para romper o ciclo de reincidência e promover uma sociedade mais justa e segura.

Conclui-se que o trabalho que a APAC faz é um exemplo e molde de trabalho e melhor ressocialização do preso, que voltará ao convívio social a longo ou curto prazo, a diferença da APAC dos demais sistemas carcerários

comuns é seu método aplicado, o suporte que os presos recebem, como assistência espiritual, médica, psicológica e jurídica prestadas pela comunidade.

Seu reconhecimento pela abordagem humanizada, respeitando a dignidade dos presos, o resultado se traduz em números, de acordo com a FBAC, enquanto a reincidência é de 80% entre pessoas que cumpriram pena nos presídios de todo o Brasil, a média nas APACs é de 13,9%. O cometimento de crimes após o cumprimento da pena é ainda menor nas APACs femininas: apenas 2,84% das mulheres retornam ao sistema prisional.

5 - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

MAGISTRADOS MINEIROS, Associação. **APAC: A DIGNIDADE COMO FERRAMENTA DE RECUPERAÇÃO DO PRESO**. SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, 2022. Disponível em: <https://www.stj.jus.br/sites/portalp/Paginas/Comunicacao/Noticias/2022/23102022-Apac-a-dignidade-como-ferramenta-de-recuperacao-do-preso.aspx>. Acesso em: 10 maio 2024.

SOUZA, Clarisse. **MINAS GERAIS TEM O 5º MAIOR GASTO POR PRESO DO PAÍS**. JORNAL O TEMPO, 2023. Disponível em: <https://www.otempo.com.br/cidades/minas-gerais-tem-o-5-maior-gasto-por-preso-do-pais-1.2884780>. Acesso em: 11 maio 2024.

TRINDADE, Eliane. **INOVADORES SOCIAIS FAZEM IMERSÃO EM PRESÍDIO HUMANIZADO**. FOLHA DE SÃO PAULO, 2023. Disponível em: [Inovadores sociais fazem imersão em presídio humanizado](#). Acesso em: 10 maio 2024.

VASCONCELLOS, Jorge. Método APAC reduz reincidência Criminal. **CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA**, 2012. Disponível em: https://www.cnj.jus.br/?option=com_content&view=article&id=17953%3Ametodo-apac-reduz-reincidencia-criminal&catid=223%3Acnj&Itemid=583. Acesso em: 09 maio 2024.

ANEXOS

Meu nome é Maria da Pompéia Carneiro, atuo como pedagoga no Sistema Prisional Mineiro há 16 anos.

1. Como você descreveria o papel da educação dentro do sistema prisional em relação à ressocialização dos detentos?

Em meu entendimento como pedagoga, vejo a educação como uma ferramenta que altera distâncias. Pode distanciar o sujeito do ponto no qual ele sofre uma perda ou se desvia dos parâmetros legais que regulam a nossa sociedade, e, ao mesmo tempo aproximá-lo da escada que o ajudará a elevar suas perspectivas pessoais, sociais e profissionais.

Dessa forma, entendo que a educação no sistema prisional precisa cumprir o papel de orientar o sujeito a identificar suas responsabilidades quando da adesão à criminalidade, possibilitando que ele se repositone em relação às suas escolhas, e assim, o aproxime de um novo ponto no qual ele recomeça com nova perspectiva.

2. Quais são os maiores desafios enfrentados pelos detentos ao tentar se reintegrar à sociedade após cumprir sua pena?

Considerando as entrevistas realizadas com os indivíduos privados de liberdade – IPLs percebo que o maior desafio para eles é viver com um ganho material pequeno se optarem por uma atividade laboral lícita.

3. Como os programas de capacitação profissional dentro da prisão impactam a capacidade dos detentos de encontrar emprego após a liberação?

Há um problema muito grande em relação ao público que as unidades prisionais acolhem. São oriundos de vários locais com economias sustentadas por segmentos diferentes. Quando pensamos em capacitação profissional devemos ater à inclusão do indivíduo no meio produtivo. A diversidade de origem geográfica também diversifica as demandas. Como as ofertas de capacitação não abrangem todas as necessidades, pois, normalmente, ficam restrita ao tipo de economia prevalente no entorno da unidade; pode se tornar sem retorno para aqueles que são de outra localidade com perspectivas laborais diferentes. Exemplo: Oferta-se um curso de marceneiro para um IPL oriundo de uma região na qual a criação de gado e a indústria de laticínio seja o carro chefe da economia. Ele poderá montar uma marcenaria, mas terá recursos financeiros logo que sair da prisão?

4. Qual é a importância do apoio psicológico para os detentos durante e após o cumprimento da pena?

Todo atendimento técnico ofertado ao custodiado durante seu encarceramento tem por objetivo humanizar o cumprimento da pena com acesso à família, a assistência educacional. Espiritual de saúde física e dentária. O atendimento psicológico também faz parte dessa assistência, mas, o objetivo de todo atendimento técnico, inclusive o psicológico, é estabilizar o sujeito para que a insalubridade natural do cárcere o afete o mínimo possível; evitando autoextermínio, automutilação, surtos.

5. Em sua experiência, quais são os fatores mais comuns que levam os detentos a reincidir após serem libertados?

O que leva uma pessoa ao sistema prisional é a falta de respeito às autoridades e às leis. Destituição social da autoridade familiar, desprezo por uma autoridade comum a todos é muito ignorada “os sinais e as leis de trânsito”. Parece banal, mas daí inicia-se um ciclo de desprezo e desrespeito a toda autoridade constituída. Estamos colhendo os frutos da rebeldia social.

Nossa sociedade não aceita termos como “disciplina” “obediência”, “punição”. A unidade prisional está inserida dentro dessa sociedade negacionista e superficial. Como o apenado não pode ser disciplinado e tão pouco punido pelo crime praticado; ele jamais vai refletir sobre a necessidade de obedecer a autoridades e leis. VOLTA RÁPIDO PARA O SISTEMA.

Sugiro a leitura do livro “Crime e Castigo” de Dostoiévski.

6. Como as condições sociais dentro das prisões afetam a reintegração dos detentos à sociedade?

Creio que essa pergunta tem por objetivo abordar a estrutura de relações pessoais criada pelos internos. Nesse caso, percebe-se que o compromisso com alguns elementos pertencentes a segmentos criminosos leva a pessoa a se comprometer com situações que determinam sua permanência nas atividades ilícitas.

7. Quais recursos e oportunidades são oferecidos aos detentos para ajudá-los a se preparar para a vida fora da prisão?

Pouquíssimos.

Eu opto por investir esforços na aplicação do ENCCEJA PPL com o objetivo de ofertar possibilidade de certificação no ensino fundamental e médio, vejo essa certificação como um diferencial para sua apresentação quando for concorrer a alguma vaga de emprego, por exemplo.

8. Que papel as famílias dos detentos desempenham no processo de ressocialização?

Depende do papel que a família assume frente ao sujeito privado de liberdade. Há uma grande diferença entre ser uma família presente acolhedora e uma família superprotetora e permissiva.

A família acolhedora não tende a justificar o sujeito e culpar as autoridades por sua prisão. Agem alinhadas com as normas de segurança, se negam a investir em compra de celulares, drogas e outros produtos ilícitos para o recluso. Se torna um terreno fértil para frutificação das ações de ressocialização.

A família superprotetora e permissa tumultua o cumprimento da pena e causa desgastes nos servidores e vive tentando burlar a segurança para introduzir produtos

ilícitos dentro da unidade (drogas, telefones, serras, armas). Trabalha contra a ressocialização. O que é um fator adoecedor para os servidores que são convocados por ela ao embate de forma constante. Extremamente desgastante e amoral. São as que fazem denúncias infundadas a todo momento. Pode ser comparada a um câncer em forma de metástase na vida do encarcerado.

9. Como os programas de saúde mental impactam a capacidade dos detentos de se adaptar à vida fora da prisão?

Posso relatar como o cárcere impacta a saúde mental. Não conheço a realidade da reinclusão do egresso.

Imagina o aprisionamento junto de pessoas que também apresentam pouca perspectiva para o futuro próximo. Adoecimento mental quase que predefinido.

Observamos que um escape para esse peso está na contenção química provocada pelo sujeito. O que seria isso? O indivíduo quer remédio para dormir.

A coisa mais rara é encontrarmos um detento que não faça uso de drogas lícitas prescritas por psiquiatra.

O adoecimento mental no sistema prisional não é latente, é evidente. Creio que necessitarão de acompanhamento de saúde mental quando de seu desencarceramento para retomada de sua vida. Esse acompanhamento é primordial, durante e pós encarceramento.

10. Em sua opinião, que mudanças ou reformas seriam mais benéficas para melhorar as taxas de ressocialização dos detentos?

Quadro funcional formado por servidores concursados.

Completude do quadro funcional para possibilitar realizar as devidas movimentações para realização de intervenções e atividade voltadas para a ressocialização.

Fortalecimento do programa de egressos, com uma maior interação com a execução da pena quando da proximidade da progressão para o meio aberto

11. Quais são os principais desafios que os diretores de prisões enfrentam ao tentar facilitar a reintegração dos detentos?

Falta de pessoal, falta de insumos materiais. Paradigmas sociais que se reproduzem dentro das unidades, os quais defendem que a pena deve cumprir o papel exclusivo de retribuição. Interferências de instituições que desconhecem a realidade local e querem se impor como a panaceia do sistema prisional.

12. Que papel as parcerias com instituições educacionais e organizações sem fins lucrativos desempenham na reabilitação dos detentos?

Lembremos que não existe uma instituição total. Aquela que seria capaz de atender todas as vertentes abarcadas em suas diretrizes.

A incompletude institucional é suprida pelas parcerias estabelecidas. Nesse sentido o papel das parcerias e dos convênios são primordiais para diminuir as distâncias entre os pontos de entrelaçamento das redes que atendem o sistema prisional. Quanto mais fechada a rede, menos possibilidade de passar despercebido algum direito do sujeito. Estou me referindo a rede de atendimento, mas, fazendo uma analogia com a rede de pesca.

13. Como os detentos percebem as oportunidades de emprego disponíveis para eles após serem libertados?

Não saberia responder, não tenho contato sistemático com os egressos. Entretanto, há uma ferramenta jurídica que é usada pelos defensores quando o custodiado está para progredir para o semiaberto, “a carta de emprego”, normalmente, eles buscam essas cartas junto das pessoas que já faziam parte de sua rede de contatos. Percebemos que não há empresas de referências no mercado que emitam essas cartas. Daí entendo que há grandes dificuldades em buscar colocações em setores diversificados.

14. Quais são os principais fatores que influenciam a escolha dos detentos de se envolverem em programas de educação ou treinamento durante o cumprimento da pena?

Acredita que é a remição? Primeira pergunta: Isso dá remição?

No início eu ficava descontrolada com esse posicionamento, mas, hoje percebo que se ele faz apenas pela remição eu faço por algo mais.

Priorizo a aplicação do ENCCEJA PPL na unidade. O participante quer remição eu quero que ele saia do sistema com pelo menos o ensino fundamental completo. Faço o meu trabalho e busco meu objetivo.

15. Que políticas governamentais poderiam ser implementadas para facilitar a reintegração dos detentos à sociedade?

Fortalecimento do programa de egresso dando aos seus operadores recursos materiais e disponibilização de equipamentos sociais para acolhimento, encaminhamento efetivo e acompanhamento do egresso.

Seria primordial que o programa de egresso adentrasse na execução da pena quando o sentenciado estivesse a pelo menos 1 anos de progredir para o meio aberto.

Investir e fortalecer essa política que existe e está de certa forma estruturada já seria um grande avanço.

16. Quais são os maiores obstáculos enfrentados pelos detentos ao tentar reconstruir suas vidas após a prisão?

Construir laços com novas pessoas, já que seus laços, inclusive afetivos, foram estabelecidos com as pessoas que o influenciaram a aderir à prática criminal.

17. Como o sistema judicial pode contribuir para melhorar as chances de ressocialização dos detentos?

Essa eu pulo. Perdão, mas eu sou muito bocuda e quero continuar livre.

18. Que papel a comunidade local desempenha no apoio à reintegração dos ex-detentos?

Como respondido na questão 3 o cumprimento de pena raramente ocorre próximo da comunidade do detento.

Agora, considerando seu retorno à sua comunidade de origem isso pode ser um grande dificultador porque a rede de contatos dele está pronta para recebê-lo e reinseri-lo nas atividades antigas. Vemos algumas famílias que se sacrificam para mudarem de local e recomeçarem suas vidas onde o egresso não é conhecido e não há uma rede de contatos sociais em busca de seus “trabalhos”. Caso contrário sua reintegração será nas atividades criminais.

19. Quais são os sinais indicativos de que um detento está bem preparado para ser reintegrado à sociedade?

Difícil de responder. Lembra do filme “Um sonho de Liberdade?” o personagem de Morgan Freeman passa por várias entrevistas para análise técnica sobre sua condição para retornar à sociedade; todas negadas. Não vou contar o que ocorreu, assistam. Vejam como é interessante o posicionamento dele. Há um momento que ele não fala o que os outros querem ouvir.

Detento sempre sabe o que queremos ouvir. Por isso, sinais, na perspectiva de reposicionamento do sujeito, indicam pouco ou nada.